

Análise Conjuntural

ISSN 0102-0374

IPARDES
Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

Curitiba, v.36, n.7-8, julho/agosto 2014

sumário

- 1 AGENDA PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO
Gilmar Mendes Lourenço
- 6 O SUPERÁVIT PRIMÁRIO
Guilherme Amorim
- 9 O PIB DO PARANÁ NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014
Francisco José Gouveia de Castro
- 13 PARANÁ - DESTAQUES ECONÔMICOS
Guilherme Amorim
- 18 ECONOMIA PARANAENSE - INDICADORES SELECIONADOS

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

CARLOS ALBERTO RICHA - Governador

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL

CASSIO TANIGUCHI - Secretário

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

GILMAR MENDES LOURENÇO

Diretor-Presidente

EMILIO KENJI SHIBATA

Diretor Administrativo-Financeiro

JULIO TAKESHI SUZUKI JÚNIOR

Diretor do Centro de Pesquisa

DANIEL NOJIMA

Diretor do Centro Estadual de Estatística

ANÁLISE CONJUNTURAL

FRANCISCO JOSÉ GOUVEIA DE CASTRO *(Editor)*

Equipe

ANA SILVIA MARTINS FRANCO *(Economista)*

GUILHERME AMORIM *(Economista)*

EDITORAÇÃO

MARIA LAURA ZOCCOLOTTI *(supervisão editorial)*

ESTELITA SANDRA DE MATIAS *(revisão de texto)*

ANA RITA BARZICK NOGUEIRA *(editoração eletrônica)*

MARIA ROSA DAVIN *(normalização bibliográfica)*

STELLA MARIS GAZZIERO *(projeto gráfico)*

AGENDA PARA A RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO

*Gilmar Mendes Lourenço**

A peculiaridade que permeia o evento eleitoral de 2014 é a anemia da economia brasileira ou, mais precisamente, o ingresso do sistema em um estado recessivo, no segundo trimestre deste ano. A condição de recessão, decretada tecnicamente quando há o declínio do Produto Interno Bruto (PIB) por dois trimestres seguidos, foi determinada pelas performances negativas da indústria de transformação, construção civil e investimentos, desde o terceiro trimestre de 2013, em magnitude só comparável ao acontecido nos primeiros três meses de 2009, além da estagnação do consumo das famílias.

O principal indicador antecedente, sinalizador do curso prolongado das atividades produtivas, consubstanciado na formação bruta de capital fixo, ou o fluxo de máquinas, equipamentos e instalações acrescentado anualmente à corrente econômica, alcançou 16,5% do PIB no segundo trimestre de 2014, contra 17,7% nos três meses imediatamente anteriores e 18,1% no mesmo período de 2013, sendo o menor patamar desde o quarto trimestre de 2006.

Considerando que o aparelho produtivo operante no País exibiu performances expressivas em outros momentos de sua história, parece legítimo o surgimento de indagações acerca das origens da ausência de expansão e, principalmente, dos ingredientes necessários à restauração dos requisitos nucleares exigidos para uma rota virtuosa.

É interessante assinalar que entre 1941 e 1980, o PIB brasileiro multiplicou 7,0% ao ano, amparado na evolução da industrialização pesada por substituição de importações, fruto da combinação entre exponencial subida do endividamento externo e forte presença e participação do Estado na coordenação, indução e fomento do setor privado, fornecimento de infraestrutura e produção de insumos básicos.

Na década de 1980, conhecida como perdida, a necessidade de pagamento da fatura do período desenvolvimentista, constituída pela falência do Estado; cessação dos fluxos financeiros externos, com a crise da dívida; hiperinflação; inviabilização dos esquemas de financiamento das inversões de longa maturação; e crescente retrocesso científico e tecnológico do parque industrial fez a taxa de acréscimo do PIB desabar para 1,6% a.a.

Nos anos de 1990, os inúmeros obstáculos enfrentados pela nação para a edificação de um novo marco institucional, capaz de assegurar a concatenação entre a factibilidade do modelo de proteção social, definido na constituição de 1988, a travessia para a globalização e a desinflação, moldaram a variação do produto em apenas 2,0% a.a.

Porém, o pífio dinamismo econômico da época traduziu o preço pago pela ousadia na promoção da abertura comercial e financeira, e da desregulamentação dos mercados; regulamentação das concessões dos serviços públicos; plano real; eliminação dos monopólios estatais do petróleo e das telecomunicações; primeiro estágio da reforma da previdência; privatizações; renegociação das dívidas dos estados; saneamento dos bancos públicos e privados; e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Na verdade, esse abrangente grupo de avanços estruturais, plantados entre 1991 e 2000, representou o primeiro e mais importante esteio explicativo para a mudança de patamar de incremento do nível de atividade do País, no decênio subsequente, quando este experimentou aumento de 3,6% a.a.

A segunda haste pode ser identificada na “sábua” adoção de uma política econômica não petista, no intervalo de tempo compreendido entre 2003 e 2008, principalmente até março de 2006, quando o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, que aprofundava o tripé câmbio flutuante, metas de inflação e superávits primários, praticado na gestão de Pedro Malan, na administração de Fernando Henrique Cardoso, foi ejetado do governo.

* Economista, diretor-presidente do IPARDES.

Em outros termos, os respingos do escândalo do mensalão e a perda de poder da Fazenda, diante das pressões desenvolvimentistas emanadas da Casa Civil, comandada pela Ministra Dilma Rousseff desde 2005, em substituição a José Dirceu, consubstanciada na inviabilização da proposta de ajuste fiscal de longo prazo, precipitaram a saída de Palocci e de seu grupo de economistas neoliberais do governo Lula.

A terceira vertente reproduz a penetração doméstica do bônus internacional, resultado da disparada dos preços globais das *commodities* e, conseqüentemente, a melhora dos termos de troca do Brasil, em fase com o aprofundamento da ampliação da demanda chinesa por matérias-primas (minerais, metálicas e agrícolas), principalmente depois da entrada daquele país na Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2002.

O quarto eixo de empuxe dos anos 2000 foi o fortalecimento do mercado interno, tendo como objetivo preferencial o abrandamento das desigualdades na apropriação do produto social, caracterizado pela continuidade da política de valorização do salário mínimo, criação e proliferação do crédito consignado, com desconto na folha de salários do tomador, e ampliação das iniciativas oficiais de transferência de renda, lideradas pelo programa Bolsa Família. Esse processo chegou a ser rotulado como o ciclo do ouro da inclusão social e bancária.

No entanto, no quadriênio 2011-2014, a substituição dos fundamentos da estabilização macroeconômica por instrumentos improvisados e tecnicamente discutíveis provocou a compressão do acréscimo do PIB para 1,7% a.a., o quarto pior desempenho da história, ficando à frente somente do constatado no decênio de 1980 (1,6% a.a.) e nos governos Collor (-1,3% a.a., em 1990-1992) e Floriano Peixoto (-7,5% a.a., em 1891-1894).

O governo federal tem carregado nas tintas nas barreiras exógenas ao crescimento econômico brasileiro

Em outro plano de abordagem, faz-se necessário sublinhar, ainda que de forma breve, as origens principais desse comportamento econômico medíocre no último quase quadriênio. O executivo federal tem carregado nas tintas nas barreiras exógenas, centradas na lenta reação da economia mundial diante da instabilidade brotada da quebra do mercado hipotecário de segunda linha dos Estados Unidos, com direito a uma espécie de segundo turno, agudizado na periferia europeia, a partir de 2010. Tal cenário exacerbou a concorrência e o protecionismo, o que veio a prejudicar a preservação da posição brasileira no comércio internacional, já bastante abalada pela crise da Argentina.

O caráter parcial dessa tese – dado que inferências econométricas imputam apenas a terça parte da contração brasileira a limitações externas – impõe um esforço alternativo ou complementar de interpretação, costumeiramente ignorado ou negligenciado pelas autoridades de Brasília, especialmente se for levado em conta que a economia global vem crescendo em ritmo pouco inferior a 3% a.a., sendo 2% a.a. para os mercados avançados e 5% a.a. para os emergentes, acima do brasileiro.

De fato, há dois times de entraves *made in Brazil* que devem ser acrescentados aos fatores desfavoráveis importados. O primeiro deles diz respeito às restrições de curto prazo, sintetizadas na pronunciada deterioração da credibilidade da política econômica, fruto da defesa intransigente e aplicação da denominada nova matriz, concebida em 2008 e gestada com maestria desde meados de 2012, apoiada em quatro elementos, a saber:

- a) relaxamento da política fiscal, observado na gerência perdulária e pouco transparente dos recursos públicos, que já vem interferindo nos repasses ao INSS e às ações sociais, e na confecção e execução de um substancial orçamento paralelo, formado por recursos subsidiados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES);
- b) tentativa populista de diminuição dos juros no grito;
- c) tolerância com a inflação, cuja aceleração vem sendo contida com o uso do freio heterodoxo nos preços administrados (derivados de petróleo, energia elétrica e transportes públicos);
- d) intervenções no câmbio flutuante no afã de neutralizar impactos de desvalorizações do real na precificação interna.

No que se refere à equação juros e financiamentos, o estoque de crédito saltou de 25% do PIB em 2004 para 56,1% em julho de 2014, em decorrência do aumento da participação dos bancos públicos (Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal) de 35% para 53% do valor total das operações no mesmo lapso de tempo. Ainda assim, os juros cobrados no crédito livre ao consumidor estavam em 43,2% a.a. em julho do corrente exercício, o maior patamar desde 2001, e o endividamento já representa mais de 45% do fluxo de rendimentos das famílias brasileiras, segundo o Banco Central.

O mais grave, todavia, é a resistência das autoridades em reconhecer erros e omissões e repetir rodadas de qualificação do caráter acertado do aparato econômico em utilização, comprovada por uma expressão utilizada pelo secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Márcio Holland: “temos de olhar o conjunto da atividade econômica. Quando fazemos isso, vemos que o desempenho da economia está muito bom”.¹

A segunda equipe de entraves domésticos repousa na ausência de compromissos com uma nova geração de reformas institucionais, capitaneada por modificações nos arcabouços tributário, fiscal, administrativo, previdenciário, trabalhista, patrimonial, entre outros. Daí a camada de incongruências formada por elevado e regressivo fardo de impostos, escassez de investimentos em infraestrutura, ciência, tecnologia e inovação, e valorização do câmbio, majorando despesas internas em dólar e abalando a capacidade competitiva da indústria, fora e dentro dos limites geográficos do Brasil.

Adicione-se a subida dos salários reais – notadamente os pagos aos trabalhadores menos qualificados, propelidos pelo mínimo – acima dos ganhos de produtividade setoriais. A propósito disso, enquanto a eficiência fabril subiu mingua 0,8% a.a., o salário médio do pessoal ocupado do segmento de transformação girou 3,5% a.a., entre 2011 e 2013.

Relatório recente da consultoria The Boston Consulting Group (BCG) demonstrou que o adicional de custos de produção no Brasil em relação aos EUA subiu de 3% para 23% entre 2004 e 2014 situando-se, em uma lista de 25 países, em condições piores que a maioria dos emergentes, particularmente China, Índia, Rússia e México.

Infelizmente, os aprimoramentos de base limitaram-se, nos tempos recentes, à edição de duas leis (de falências e das microempresas) e ao cadastro positivo, o que, reconhecidamente, é pouco quando cotejado com os requerimentos essenciais para a diminuição dos focos inflacionários e do custo Brasil, e a melhoria da produtividade da microeconomia produtiva da nação.

A incursão reflexiva seguinte envolveria um exercício de explicitação e qualificação das fontes de retomada de um estágio de crescimento duradouro para o País. Nessa perspectiva, soa premente a perseguição e o cumprimento de quatro agendas programáticas de transformação.

A primeira tarefa compreenderia o reequilíbrio das finanças públicas, na direção do restabelecimento da solvência do Estado, não através da utopia do déficit nominal zero, mas mediante a racionalização dos dispêndios correntes e a diminuição negociada dos juros incidentes sobre os passivos do setor público, nas suas diferentes instâncias.

O segundo compromisso abarcaria a redução da vulnerabilidade externa do País, atestada por um déficit em conta corrente de 3,5% do PIB, em doze meses encerrados em julho de 2014, grandemente sensível a uma inevitável alta dos juros nos EUA, que causaria evasão de haveres de curto prazo do mercado brasileiro. O desequilíbrio externo poderia ser abrandado por meio do retorno dos crescentes e vultosos superávits comerciais, incitado pela diversificação da pauta e dos destinos das vendas externas brasileiras ao lado de depreciações competitivas do câmbio.

O terceiro encontro equivale à articulação entre a efetiva redescoberta do crescimento, centrada na deflagração de um processo de reindustrialização, e a impulsão da produtividade, prioritária em um contexto de declínio estrutural da população economicamente ativa (PEA) e de disponibilidade apertada de mão de obra, induzida por mudanças no padrão demográfico, factível apenas com pronunciadas inversões em educação.

*VILLAVÉRDE, João. No conjunto, a economia está muito bem. **O Estado de S. Paulo**, 24 ago. 2014. Economia, p.B4.

A flagrante concentração da geração de empregos em ocupações de menor qualificação exige redobrada atenção à ampliação da escolaridade e educação da mão de obra, aderentes à demanda por capacitações ditadas pela economia das novas tecnologias, com níveis de exigência que extrapolam, em larga medida, ações pontuais como o Pronatec.

Cálculos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que, apesar das iniciativas de concessão de bolsas do Programa Universidade para Todos (PROUNI) e do financiamento estudantil (FIES), a taxa de penetração líquida de alunos brasileiros entre 18 e 24 anos no ensino de terceiro grau é de 15%, uma das piores da América Latina e a segunda menor entre as 36 nações componentes da entidade.

Em paralelo, constata-se contração de ímpeto competitivo da manufatura brasileira, dentro e fora das fronteiras geográficas do País. Segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI), a participação do valor das importações no consumo doméstico de bens industriais subiu de 16% em 2010 para quase 23% em 2014, atingindo o maior nível desde o início da série histórica em 2007.

A terceira mobilização ainda abrangeria a instituição de uma política de integração comercial menos ideológica e protecionista, presa ao Mercosul, e mais pragmática, dirigida à recuperação de fatias perdidas nos mercados europeu e norte-americano, particularmente para os asiáticos. Nas trocas comerciais com os 26 países que compõem a União Europeia, o Brasil saiu de um saldo positivo de US\$ 3,2 bilhões nos primeiros seis meses de 2009 para um déficit de US\$ 2,6 bilhões no mesmo período de 2014.

A economia global continua, desde 2008, absorvendo menos de 20% da produção industrial nacional, em um contexto de reprimarização da pauta de exportações brasileiras, evidenciada pela vertiginosa queda da participação dos produtos manufaturados na pauta, que passou de 59%, em 2000, para 34%, em 2014.

Também faria parte do terceiro arranjo o aumento da poupança interna, sobretudo daquela proveniente dos lucros retidos das empresas, que respondem por dois terços do total; a desobstrução dos gargalos infraestruturais, visando à compressão dos custos de produção e distribuição privados e a eliminação de riscos de apagões logísticos; e a continuidade das iniciativas de inclusão social, menos atreladas ao atendimento do consumo reprimido das famílias e mais propensas à provisão de serviços públicos de qualidade. Vale lembrar um trecho da letra da música *Comida*, do grupo Titãs, “a gente não quer só comida a gente quer a vida como a vida quer”.

Por fim, a quarta reunião sugeriria a reflexão da conjuntura eleitoral, apreciando criteriosamente o presente, levantado por erros e acertos cometidos por estes ou aqueles governantes por mais de duas décadas, e estruturando um futuro que, apesar de, por pressuposto, incerto, pode servir como farol para as escolhas estratégicas feitas até o final do ano de 2014 e durante o exercício de 2015.

A despeito da timidez, insuficiência e, em todas as situações identificadas, ausência de organização e consistência das propostas econômicas esboçadas pelos candidatos ao cargo de presidente da República, afigura-se legítimo defender a opção de voto ligada ao lançamento de algumas bandeiras, ancoradas em uma empreitada desprovida de inventos e preocupada com a correção das expectativas e a execução de ajustes mirando o resgate do crescimento.

Uma pauta relevante de negociação com a sociedade poderia incluir o realinhamento gradual da estrutura de preços relativos; a independência do Banco Central; o alcance do centro da meta de inflação e posterior alteração do paradigma benevolente (com alvo e faixas de variação bastante elásticos); a disposição de alcance de superávits fiscais primários superiores a 3% do PIB, suficientes para evitar a expansão não explosiva da dívida pública; a depreciação competitiva e não inflacionária do câmbio flutuante; e a redução da participação estatal em áreas mais adequadas ao setor privado.

Igualmente importante seria o retorno do programa de abertura comercial e liberalização financeira; a revisão da atuação paternalista do BNDES, inclinada para a escolha antecipada dos ganhadores; a fixação de regras de atualização do salário mínimo, tecnicamente defensáveis, agregando inflação e produtividade, sendo esta dissociada dos cálculos previdenciários; a reforma trabalhista; e a feitura e implementação de uma política industrial horizontal, empenhada na maximização da eficiência das corporações por exposição e competição externa.

A execução orçamentária brasileira em 2014 é alvo de descrença que perpassa todas as rubricas da estrutura das contas do Tesouro Nacional. Em anos recentes, os inusuais fluxos de caixa do governo central em fins de exercício consagraram a expressão "contabilidade criativa". Esse conjunto de práticas, realizadas com o intuito de manter a ilusão de solidez da política fiscal e de cumprimento da meta de superávit primário, será, contudo, incapaz de coonestar o fracasso gerencial no ano corrente. A eversão do superávit, tantas vezes obnubilada por quimérica estrutura de lançamentos, tornou-se óbvia diante da arrecadação de tributos federais, frustrada pela estagnação da atividade econômica e por séries improvisadas de desonerações.

A desconstrução do superávit primário começa pela apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA). Responsável pela estrutura formal do documento, o Ministério do Planejamento abraça as diretrizes da Fazenda sem questionar a capacidade de execução de política fiscal contracionista. Assim, abandona a obrigação de apresentar verossímil objetivo de superávit para o governo central, estados e municípios. O fato de que a aplicação de rigor orçamentário é incompatível com a tradição esbanjadora de anos eleitorais foi agravado, na edição que estima os resultados de 2014, por presunção de arrecadação irrealisticamente otimista. A previsão calcou-se no crescimento real de 3,5% na arrecadação de impostos federais e no ingresso em caixa de recursos oriundos de receitas extraordinárias: nova conjuração do Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) e de leilões de concessões – particularmente aquele de faixa de frequência a ser realizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL).

As dificuldades experimentadas pelo Tesouro na administração do caixa no ano passado, em particular, sobressaltou os agentes econômicos e deixou-os de sobreaviso para o cumprimento das metas deste ano. Afinal, para além das receitas extraordinárias e dos fluxos inusuais, a meta de superávit somente foi alcançada no final de 2013 com a alocação de R\$ 218,4 bilhões como "restos a pagar" para o exercício de 2014. Esse volume de recursos assim contabilizado alcançou patamar sem precedentes e foi composto, majoritariamente, por gastos não processados, ou seja, despesas autorizadas mas ainda não executadas plenamente. Contudo, foram retidos R\$ 33,6 bilhões em restos a pagar processados, serviços executados e para os quais não houve pagamento às empresas que os prestaram.

No ano passado, os dispêndios do governo central cresceram 13,6% em relação a 2012, enquanto as receitas variaram 11,2%. O superávit de R\$ 77 bilhões dependeu de concessões (R\$ 22,07 bilhões), parcelamento de débitos com a Receita Federal (R\$ 21,79 bilhões) e dividendos oriundos das estatais (17,14 bilhões).

Os parâmetros revisados para 2014, divulgados em fevereiro por meio de decreto de contingenciamento, apontavam para périplos no caminho para resultado convincente. O decreto não previu, por exemplo, dispêndio com a Conta de Desenvolvimento Energético superior a R\$ 9 bilhões. Este montante, entretanto, já havia sido gasto pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) com o pagamento de subsídios e indenizações. Os objetivos orçamentários de fevereiro baseavam-se, grosso modo, em cortes de despesas obrigatórias. Esses gastos, no entanto, são passíveis de revisões – para montantes maiores – até o final do ano. Estabelecia-se *mise-en-scène* que sugeria novas retenções de pagamentos, novos restos a pagar.

O decreto estimou, também, que a receita de tributos de competência da Receita Federal alcançará R\$ 779,1 bilhões, o que representaria 14,95% do Produto Interno Bruto (PIB). O crescimento real do PIB, por sua vez, foi estimado por Fazenda e Planejamento, em 2,5%. Evidência logo surgiu de que as receitas ordinárias serão incapazes, no final do ano,

* Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

de alcançar o patamar aspirado. Em abril, mês relevante por apresentar dados de declaração de Imposto de Renda de pessoas físicas, a arrecadação cresceu – no acumulado do ano, em termos reais – apenas 0,93% em relação ao mesmo período de 2013.

Em maio, quando o relatório bimestral de execução do orçamento foi apresentado pelos dois ministérios, duas previsões excessivamente otimistas chamaram a atenção. Avaliou-se que a cota-parte de compensações financeiras (*royalties*) gerará receita de R\$ 47,98 bilhões e que a arrecadação proveniente da venda de ativos chegará a R\$ 3,78 bilhões. Uma vez que, em 2013, a primeira rubrica proveu os cofres com R\$ 36,5 bilhões e a segunda nada arrecadou (a despeito de estimativa de R\$ 8 bilhões), é improvável que tais metas sejam alcançadas, o que provocaria a necessidade de gerar recursos compensatórios.

Ainda em maio, a divulgação das contas do Tesouro demonstrou que o superávit primário inexistiu, uma vez que sua construção se baseia em protelação de despesas obrigatórias. Naquele momento, o Tesouro anunciou que as despesas previdenciárias registraram queda nominal de 5,02% na comparação com o primeiro quadrimestre de 2013, a despeito do reajuste do salário mínimo, de correção dos vencimentos daqueles que recebem acima do piso, e do aumento no contingente de beneficiários. Foi apresentada, ainda, queda nominal dos gastos com seguro desemprego e abono salarial, na mesma comparação temporal. Mesmo considerando-se que os precatórios do INSS, usualmente pagos em abril, serão honrados apenas em outubro, os números foram surpreendentes.

Pesquisa da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados revelou, contudo, que esse desempenho foi alcançado com o atraso no pagamento de benefícios, realizados por meio da Caixa Econômica Federal, que assumiu o ônus.

O quadro em fins de agosto não inspirou otimismo. Divulgados os resultados fiscais até julho pelo Banco Central, viu-se que o superávit alcançou R\$ 24,7 bilhões, contra R\$ 54,4 bilhões reunidos no mesmo período do ano passado. Soubese, ainda que o Tesouro também atrasou repasses ao Banco do Brasil, para subvencionar o crédito agrícola. A cobertura desses programas de financiamento tem sido realizada pelo banco. No primeiro semestre do ano, a dívida do Tesouro Nacional com o Banco do Brasil alcançou R\$ 7,94 bilhões, estoque sobre o qual incide a cobrança de juros iguais à Selic. A instituição responde por 65% do crédito agrícola do País.

O Ministério Público (MP) junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) requereu investigação sobre a protelação nos repasses a bancos públicos. Do ponto de vista do MP, os atrasos configurariam empréstimos de instituição financeira estatal ao Tesouro, movimentação condenada pelo artigo 36 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). De acordo com o procurador responsável, esses atrasos, ou "pedaladas", também poderiam ser considerados como antecipações de receitas orçamentárias. Tais operações são proibidas no último ano de mandato do presidente, governador ou prefeito, de acordo com o artigo 38 da LRF.

A estimativa para a receita proveniente do Refis, de R\$ 12,5 bilhões, sofreu duas revisões em julho: a Fazenda elevou-a para R\$ 15 bilhões e o Planejamento, em seu relatório de avaliação do terceiro bimestre, para R\$ 18 bilhões. No final de agosto, esta cifra sofreu mais uma revisão. Espera-se que o programa, que desincentiva a adimplência tributária, seja capaz de amealhar até R\$ 20 bilhões.

De acordo com informações da Receita Federal, R\$ 386,4 bilhões em tributos foram renegociados em todas as encarnações do Refis, sendo que 62% não foram quitados. Ainda que demonstre tamanha ineficiência, o programa resiste. A versão de 2014 permite que sonegadores com dívidas vencidas até 31 de dezembro de 2013 se inscrevam, mesmo que as mesmas estejam inscritas na dívida ativa e com execução ajuizada. Permite-se, inclusive, que dívidas previamente parceladas e excluídas de edições anteriores do Refis sejam incluídas, com parcelamento da quitação em até 180 meses. Exige-se, contudo, pagamento imediato de 30% do montante devido. Daí, tem-se os R\$ 20 bilhões previstos.

A priori, o Tesouro deveria transferir a estados e municípios a receita com o Refis. A União deve 47% da arrecadação advinda do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados para os entes subnacionais, mas é improvável que realize tais pagamentos.

No campo das receitas extraordinárias, espera-se, ainda, que as outorgas da faixa de frequência 4G gerem R\$ 8,2 bilhões ao caixa do Tesouro. A quitação deve ser realizada no ato de assinatura dos contratos.

A apresentação de superávit primário é necessária como demonstração de que o governo é capaz de controlar gastos, a despeito de sua inépcia em promover reformas tributárias e previdenciárias. Para além do possível rebaixamento da qualidade da dívida, concedido por agências internacionais, os resultados do exercício corrente sugerem que, ao seu final, a emissão de títulos para a capitalização de bancos públicos torne, ainda, inviável a redução da taxa de juros implícita. Sua retração é condição *sine qua non* para a queda da dívida pública como proporção do PIB, objetivo primordial de longo prazo. Distância entre os juros que incidem sobre o passivo do setor público e os recebidos por seus ativos (reservas cambiais e créditos de bancos oficiais ao setor privado), a taxa de juros implícita registrada em 2013 sobre a dívida líquida do governo central alcançou 19,8% ao ano.

O PIB DO PARANÁ NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2014

Francisco José Gouveia de Castro*

Estimativas do Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) indicam expansão de 1,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Estado no primeiro semestre de 2014, em relação ao mesmo período do ano anterior, bastante superior à taxa de 0,5% registrada pela economia do País, segundo cálculos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Enquanto no Paraná o setor de serviços (que cresceu 4,0%) contribuiu para o maior dinamismo da economia local, dado que a agricultura e a indústria recuaram -4,5% e -1,9%, respectivamente, no Brasil o comportamento foi determinado pela agricultura (1,2%) e serviços (1,1%), já que o segmento industrial recuou em -1,4%.

No indicador anualizado, acumulado em doze meses encerrados em junho de 2014, o incremento foi de 3,6% para o Paraná e de 1,4% para o Brasil. No Estado, o setor rural cresceu 6,4%, a indústria 1,0% e os serviços 4,4%. No quadro nacional, as performances foram de 1,1% para a agricultura, 0,5% para a indústria e 1,6% para os serviços.

No segundo trimestre de 2014, no confronto com igual período de 2013, o PIB paranaense apontou crescimento de 0,1%, frente ao recuo de -0,9% para o Brasil, com retração da agricultura (-4,3%) e indústria (-6,5%) e ascensão do setor de serviços (3,5%).

TABELA 1 - PRINCIPAIS RESULTADOS DO PIB PARANAENSE PELA ÓTICA DA PRODUÇÃO - 1.º SEMESTRE DE 2014

SETOR	VARIACÃO (%)		
	Acumulado do ano (mesmo período do ano anterior)	Trimestre (mesmo trimestre do ano anterior)	Últimos quatro trimestres (quatro trimestres imediatamente anteriores)
Agropecuária	-4,5	-4,3	6,4
Indústria	-1,9	-6,5	1,0
Serviços	4,0	3,5	4,4
TOTAL	1,7	0,1	3,6

FONTE: IPARDES

Um apanhado das apurações publicadas pelo IBGE permite observar mais especificamente o comportamento dos principais indicadores de atividade da economia paranaense e brasileira ao longo do primeiro semestre deste ano, explicitando a aderência da variação da renda nacional e regional ao conjunto de medidas de política econômica pouco eficazes adotada pelo governo central.

Na verdade, é correto admitir o visível enfraquecimento da economia brasileira, acoplado à lenta recuperação da economia mundial e, principalmente, à exacerbação das expectativas negativas do setor produtivo em relação ao futuro, resultante da opção da atual gestão econômica nacional pelo abandono do tripé formado por metas de inflação, câmbio flutuante e saldos fiscais primários. Ao contrário, tem-se empregado predominantemente ações baseadas na forte expansão do gasto público, de custeio e de transferências, além da insistência em estímulos que já demonstraram ineficácia, como o relançamento de pacotes de reduções tributárias destinadas a algumas atividades fabris.

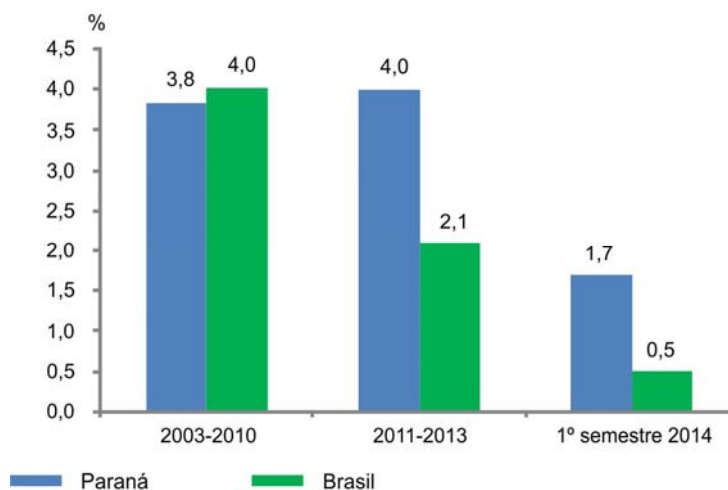
Tais medidas passaram a ofuscar as fontes de dinamismo da economia estadual, constituídas, nos anos recentes, pelas exportações do agronegócio – impulsionadas pelo incremento da demanda mundial por insumos agropecuários, ancorada no comércio de produtos básicos com a economia chinesa, e pela elevação das cotações das *commodities* – pela vitalidade do mercado de trabalho regional e pelas condições favoráveis para o

* Economista, coordenador do Núcleo de Macroeconomia e Conjuntura do IPARDES.

investimento do setor empresarial, fruto da mudança de postura da administração regional orientada claramente para o diálogo entre o setor público e a esfera produtiva.

A despeito daqueles fatores exógenos negativos, que vêm comprometendo as decisões dos agentes privados e públicos no âmbito do Estado, a economia paranaense registrou uma taxa de crescimento mais de três vezes superior à média nacional, no primeiro semestre de 2014 (gráfico 1).

GRÁFICO 1 - VARIAÇÃO REAL DO PRODUTO INTERNO BRUTO - BRASIL E PARANÁ - 2003 - 1º SEMESTRE DE 2014



FONTE: IBGE/IPARDES

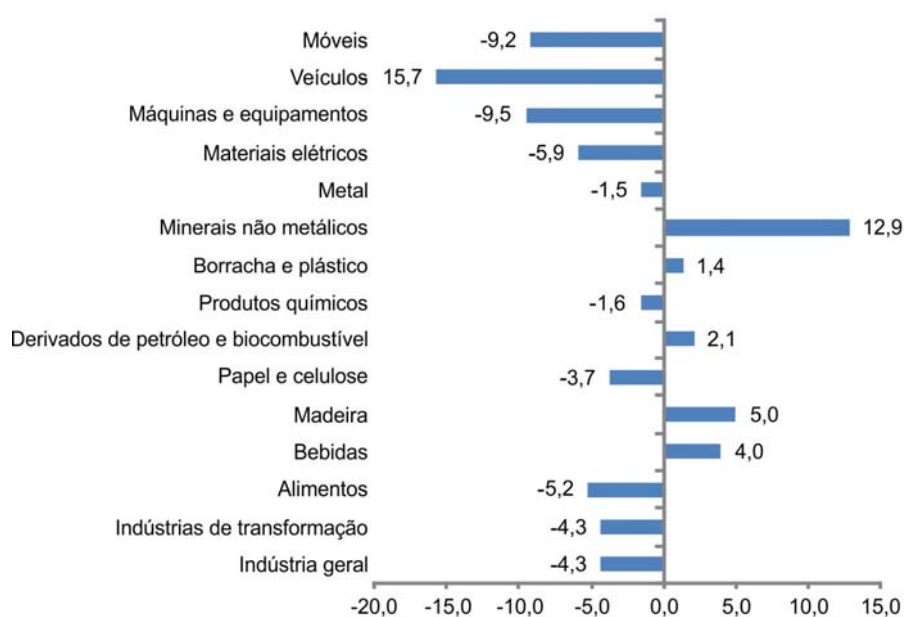
Especificamente no tocante ao setor primário, estimativas da Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento (SEAB) revelam recuo na colheita das principais culturas agrícolas estaduais, nos primeiros seis meses de 2014, notadamente as reduções verificadas na produção de milho (-24%) e soja (-8%). Mais precisamente, a combinação entre a estiagem do início do ano que afetou os resultados safra de verão no Estado, a estabilização dos preços internacionais das *commodities* agrícolas e o câmbio defasado retiraram expressiva capacidade de geração de renda dos ramos ligados diretamente ao setor primário regional.

O setor manufatureiro vem emitindo os maiores sinais de contágio da regressão da economia brasileira, declinando 4,3%, frente à redução de 2,6% para o País, no acumulado de janeiro a junho de 2014, em comparação com idêntico período de 2013. O desempenho regional pode ser imputado à contração na fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (-15,7%), pressionado, especialmente, pela menor produção de automóveis, caminhão-trator para reboques e semirreboques, caminhões, veículos para transporte de mercadorias e motores de explosão e combustão interna para veículos automotores; máquinas e equipamentos (-9,5%), explicados pela redução na fabricação de produtos voltados para a produção agropecuária; e produtos alimentícios (-5,2%), segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE.

Em sentido oposto, o ramo de produtos de minerais não metálicos (18,5%) exerceu a contribuição positiva mais importante sobre o total da indústria paranaense, impulsionado, principalmente, pela maior produção de blocos e tijolos para a construção de cimento ou concreto; e madeira (5%), o que pode ser imputado às obras de infraestrutura realizadas pelo governo do Estado no interior do Paraná (gráfico 2).

A retração da produção de veículos é fruto da queda na confiança do consumidor quanto ao futuro da economia, da restrição de crédito e da crise argentina (país de destino de 75% das exportações brasileiras de veículos). Para o fechamento do ano, a Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA) estima recuo de 10% na produção, de 6,4% nas vendas e de 29% nas exportações nacionais. Não por acaso, dados da Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), também elaborada pelo instituto de pesquisa federal, corroboram as condições do setor fabril estadual e nacional, registrando contração de 3,5% e 2,3%, respectivamente, no contingente de trabalhadores ocupados no primeiro semestre de 2014 em relação ao mesmo período de 2013.

GRÁFICO 2 - VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL - PARANÁ - JUNHO DE 2014



FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal da Indústria - Produção Física
 NOTA: Acumulado no ano até junho, em comparação a igual período do ano anterior.

Já a forte predominância do setor de serviços no valor agregado do Paraná, que representa 64% do total da renda no Estado, determinou a *performance* positiva do PIB regional no primeiro semestre de 2014 (gráfico 3). De fato, segundo apurações da Pesquisa Mensal de Serviços, realizada pelo IBGE, a receita nominal do setor subiu 8,2% entre janeiro e junho deste ano em comparação a igual período do ano anterior, diante de acréscimo de 7,4% no País. A expansão do Estado foi puxada pelos serviços prestados às famílias (11,3%), serviços profissionais, administrativos e complementares (10,1%), serviços de informação e comunicação (8,2%) e transporte e correio (6,9%).

GRÁFICO 3 - VARIAÇÃO DA RECEITA NOMINAL DE SERVIÇOS (%) - PARANÁ - JUNHO DE 2014



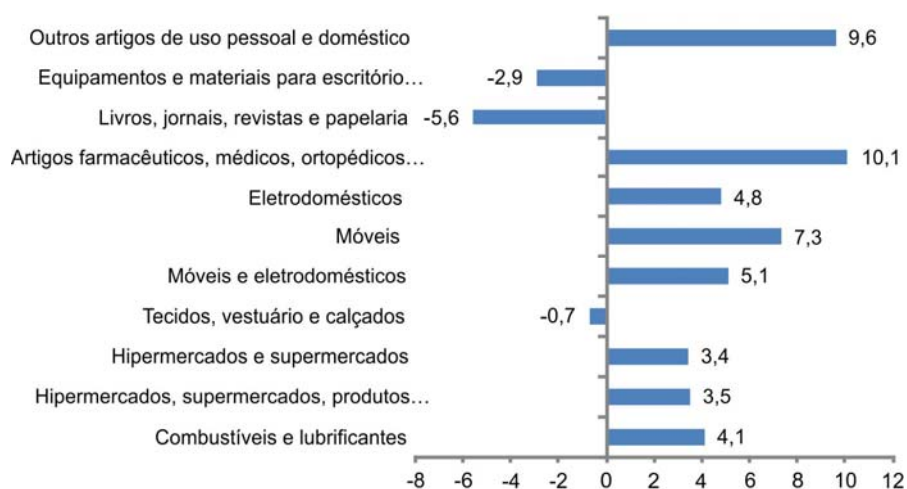
FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal da Indústria - Produção Física
 NOTA: Acumulado no ano até junho, em comparação a igual período do ano anterior.

Não menos importantes foram as contribuições dos ramos de intermediação financeira e administração pública para o incremento da renda agregada no Estado do Paraná.

Quanto ao comércio varejista, as vendas cresceram 3,9% *versus* 4,2% do Brasil, porém já sofrendo o impacto da combinação entre elevação dos juros e aceleração da inflação no poder aquisitivo dos consumidores, diminuindo a demanda e elevando o endividamento das famílias. Aliás, segundo o Indicador Serasa Experian de Inadimplência do Consumidor, o número de inadimplentes registrou alta de 11% em julho ante o mesmo mês do ano anterior, incluindo devolução de cheques por ausência de fundos, títulos protestados e dívidas vencidas com instituições financeiras.

Os ramos que mais influenciaram para alta nas vendas paranaenses no acumulado do primeiro semestre de 2014 foram artigos farmacêuticos, médicos, de perfumaria e cosméticos (10,1%), artigos de uso pessoal e doméstico (9,6%), móveis (7,3%), eletrodomésticos (4,8%) e combustíveis e lubrificantes (4,1%) (gráfico 4).

GRÁFICO 4 - VARIACÃO DO VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA - PARANÁ - JUNHO DE 2014



FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Acumulado no ano até junho, em comparação a igual período de 2013.

Em resumo, a morosidade da reação da economia global aos efeitos da crise financeira planetária, instalada nos EUA em 2008, com direito a segundo tempo, na periferia europeia, desde 2010, ao lado dos maiores obstáculos produzidos pela orientação macroeconômica oficial, vem colocando a atividade produtiva, sobretudo a indústria, em rota descendente no Brasil, com repercussões diferenciadas nos espaços subnacionais.

No entanto, no caso do Paraná, não obstante a quebra da safra de verão e a desaceleração industrial, a força do agronegócio, a preservação do vigor do mercado de trabalho, os impactos das obras de infraestrutura, realizadas diretamente ou contratadas pelo governo estadual, e o portfólio de R\$ 35 bilhões de investimentos privados, atraídos pelo Programa Paraná Competitivo, servem para amortecer os principais impactos da retração brasileira e assegurar capacidade de reação mais imediata, em circunstâncias de redescoberta do crescimento econômico no país.

A propósito do mercado de trabalho, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o Paraná foi o terceiro maior gerador líquido de empregos com carteira assinada entre os estados brasileiros, entre janeiro e julho de 2014, ficando atrás apenas de São Paulo e Minas Gerais.

O Estado respondeu por 10,5% das contratações líquidas ocorridas no País naquele intervalo, com expansão de 2,44% *versus* 1,56% da média nacional, sendo que 77,7% das vagas foram produzidas no interior, o que atesta a materialização dos esforços conjuntos realizados pelas instâncias públicas e privadas na direção de uma maior dispersão geográfica do crescimento econômico.

AGROINDÚSTRIA

Coodetec é vendida para Dow Agrosiences

Sediada em Cascavel, na região Oeste Paranaense, a Cooperativa Central de Pesquisa Agrícola (Coodetec) passará a ser controlada pela Dow AgroSciences, divisão da Dow Chemical Company, empresa de capital estadunidense. Fundada em 1995, a Coodetec desenvolve sementes de milho, soja e trigo. A cooperativa também realiza pesquisas em instalações em Goioerê (região Centro-Ocidental paranaense), Palotina (região Oeste), Primavera do Oeste (MT) e Rio Verde (GO). O montante envolvido na negociação não foi divulgado.

CAETANO, Mariana. Dow fecha acordo para adquirir a paranaense Coodetec. **Valor Econômico**, São Paulo, 03 jul. 2014. Empresas, p.B12.

Copacol investe em Goioerê e Jesuítas

Entrou em funcionamento fábrica de produtos para alimentação animal no município de Jesuítas (região Oeste do Estado), construída pela Cooperativa Agroindustrial Consolata (Copacol). A entidade investiu R\$ 60 milhões nessa planta. No município de Goiorê (região Centro-Ocidental), a Copacol alocou R\$ 50 milhões na implantação de incubatório capaz de produzir, mensalmente, 12 milhões de pintainhos.

A expectativa da cooperativa é de que, até 2018, o abate diário de aves realizado em suas instalações alcance a marca de 700 mil animais.

COPACOL investe R\$ 50 milhões em novo incubatório. *Folha de Londrina*, 04 jul. 2014. Economia & Negócios, p. 4.

Grupo Guerra finaliza ciclo de investimentos de R\$ 100 milhões

O Grupo Guerra concluirá, até o final deste ano, plano de investimentos estimado em R\$ 100 milhões. Sediado em Pato Branco, na região Sudoeste paranaense, o grupo expandiu a capacidade de produção de sementes, implantou laboratórios e ampliou a capacidade de armazenagem para cerca de 100 milhões de toneladas de grãos.

Para além desses investimentos, a companhia planeja alocar, em 2015, entre R\$ 20 milhões e R\$ 25 milhões na construção de moinho capaz de processar 150 toneladas de trigo diariamente. A expectativa é de que o farelo de trigo seja utilizado na fabricação de ração. Este processo será realizado em unidade ainda a ser erigida no complexo da empresa, de 320 mil metros quadrados. Principal atividade do Grupo Guerra, a produção de sementes deve alcançar receita de R\$ 200 milhões em 2014.

CAETANO, Mariana. Grupo Guerra, do PR, investe para ampliar e diversificar atuação. **Valor Econômico**, São Paulo, 07 jul. 2014. Empresas, p. B12.

Cocamar expande infraestrutura

Sediada em Maringá, na região Norte Central paranaense, a Cocamar Cooperativa Agroindustrial constrói três novas estruturas de recebimento de grãos, preparando-se para a safra 2014/2015. As unidades estão localizadas em Japurá (região Noroeste do Estado), entre Cambé e Rolândia (Norte Central paranaense) e Nova Andradina (MS).

A entidade congrega aproximadamente 12 mil produtores, e sua rede de captação e armazenamento reúne 56 estabelecimentos.

CAETANO, Mariana. Cocamar vai concluir três novas unidades. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 ago. 2014. Empresas, p. B10.

* Elaborado com informações disponíveis de 1º/07/2014 a 31/08/2014.

** Economista, técnico da equipe permanente desta publicação.

Controle da Belafoods é adquirido por JBS

Empresa do ramo de abate de aves, bovinos e ovinos, a JBS adquiriu por R\$ 105 milhões a Belafoods, companhia do grupo Belagrícola, com sede em Londrina (região Norte Central paranaense). O acordo prevê a absorção de abatedouro de aves localizado no município de Jaguapitã, na mesma região do Estado, e o licenciamento da marca Bela – através da qual os produtos são distribuídos no varejo – até o final de 2016.

A transação foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) no início de agosto.

LOPES, Victor. Confirmada venda da Belafoods para a JBS. *Folha de Londrina*, 22 ago. 2014. *Economia & Negócios*, p.4.

COMÉRCIO

Catuaí construirá shopping center em Foz do Iguaçu

O Grupo Catuaí construirá shopping center em Foz do Iguaçu (região Oeste paranaense), a ser inaugurado em novembro do próximo ano. Estima-se que serão alocados R\$ 250 milhões no empreendimento, que terá 65 mil metros quadrados de área construída. Este é o quinto shopping center erigido pelo grupo no Estado. O controle das quatro unidades precedentes foi, contudo, negociado com a BRMalls, que os administra.

FRIAS, Maria Cristina. Grupo investe R\$ 250 mi em shopping no PR. **Folha de S. Paulo**, 30 jul. 2014. Mercado, p.B2.

Comercial Ivaiporã e Rede Cidade Canção investem em Rolândia

Um complexo comercial de 13 mil metros quadrados será construído pela Comercial Ivaiporã no município de Rolândia, na região Norte Central paranaense. O empreendimento reunirá loja de material de construção da empresa, supermercado da rede Cidade Canção e número indeterminado de estabelecimentos menores. Estima-se que R\$ 20 milhões serão alocados pela Comercial Ivaiporã e R\$ 12 milhões pela rede de supermercados. Prevê-se que a estrutura esteja concluída no segundo trimestre de 2015.

A Comercial Ivaiporã foi fundada há 52 anos e reúne 28 pontos de venda no Estado. Em 2014, a expectativa é de que seu faturamento cresça 22%, aproximadamente. A rede Cidade Canção possui 47 supermercados, distribuídos no Paraná e em São Paulo. A companhia alcançou faturamento de R\$ 1,07 bilhão no ano passado.

CHIBA, Mie Francine. Grupo investe em complexo comercial em Rolândia. **Folha de Londrina**, 02 ago. 2014. *Economia & Negócios*, p.3.

INDÚSTRIA

Momentive alocará R\$ 140 milhões em expansão

Indústria química de capital estadunidense, a Momentive expandirá sua unidade situada na Cidade Industrial de Curitiba. A companhia planeja elevar sua geração de formaldeído, de 200 mil para 350 mil toneladas anuais, e implantar linha de produção de emulsão de parafina. Os elementos são utilizados, principalmente, como matérias-primas na construção civil e em indústrias de móveis. A expectativa é de que a ampliação seja completada no segundo semestre de 2015.

No Brasil, a Momentive também possui plantas em Montenegro (RS) e Paulínia (SP). No ano passado, alcançou faturamento de US\$ 270 milhões, nos 23 mercados em que opera.

FRIAS, Maria Cristina. Indústria química investe R\$ 140 milhões no Paraná. **Folha de S. Paulo**, 07 jul. 2014. Mercado, p. B2.

Tetra Pak amplia capacidade de fábrica em Ponta Grossa

A unidade industrial da Tetra Pak em Ponta Grossa (região Centro-Oriental paranaense) passou por melhoramentos que ampliaram sua capacidade instalada de produção, de 8 milhões para 13 milhões de embalagens mensais. A expectativa é de que parcela do volume fabricado seja exportada para mercados da América do Norte. Presentemente, 15% da produção nacional é exportada.

Estima-se que a empresa, estabelecida no Brasil há 57 anos, tenha investido R\$ 200 milhões neste projeto. O faturamento local da companhia de capital sueco alcançou US\$ 4,6 bilhões em 2013. A Tetra Pak espera que este cresça entre 5% e 6% no ano corrente.

BERTOLDI, Andréa. Tetra Pak conclui investimento no Paraná. **Folha de Londrina**, 11 jul. 2014. Economia & Negócios, p. 3.

FONTES, Stella. Tetra Pak inaugura expansão e já pensa em novo aumento. **Valor Econômico**, São Paulo, 10 jul. 2014. Empresas, p.B3.

Interprint construirá fábrica em São José dos Pinhais

Será construída em São José dos Pinhais (Região Metropolitana de Curitiba) planta da Interprint, fabricante de revestimentos para produtos de madeira. Será a primeira unidade industrial da empresa de capital alemão na América Latina. Estima-se que o investimento necessário para a implantação de complexo de 11 mil metros quadrados alcance 30 milhões de euros. A presença de significativo número de fabricantes de móveis e painéis de madeira no Paraná foi determinante para a definição do local de implantação da indústria.

A companhia planeja que a produção local atenda à demanda de mercados sul-americanos. Atualmente, a Interprint possui sete plantas em seis diferentes países. Em 2013, a empresa registrou faturamento mundial de 268 milhões de euros.

FRIAS, Maria Cristina. Grupo alemão da área moveleira planeja construir no Brasil sua maior fábrica. **Folha de S. Paulo**, 13 jul. 2014. Mercado, p.B2.

Gazin ampliará complexo de Douradina

A Gazin investirá aproximadamente R\$ 40 milhões em suas instalações no município de Douradina (região Noroeste paranaense). A empresa planeja implantar novas linhas de produção, de camas, colchões, estofados e travesseiros. O grupo também construirá unidade de fabricação de molas no complexo. Estima-se que a expansão fará com que a produção diária de colchões e estofados alcance 2 mil unidades e 250 conjuntos, respectivamente. A Gazin tem como objetivo ampliar sua inserção nos estados do Sudeste e atingir novos mercados, dentro e fora do País. Presentemente, exporta para Bolívia, Paraguai e Uruguai.

A empresa conta com uma fábrica de molas e cinco de sofás e colchões. A distribuição de seus produtos é realizada através de 206 lojas próprias e de redes varejistas conveniadas. Prevê-se que o faturamento da companhia, em 2014, seja superior a R\$ 3 bilhões.

FRIAS, Maria Cristina. Sob o lençol. **Folha de S. Paulo**, 07 jul. 2014. Mercado, p. B2.

GRUPO Gazin anuncia R\$ 39 milhões para ampliar produção no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 18 jul. 2014. p. 24.

Wittur implantará fábrica em Londrina

Fabricante de peças para elevadores, a Wittur implantará unidade em Londrina, na região Norte Central paranaense. Desde 2000, a companhia possui planta no município de Cambé, na mesma região do Estado, que será desocupada quando as novas instalações estiverem concluídas. A intenção da Wittur é manter-se próxima de seu principal cliente, a Atlas Schindler. Estima-se que as duas indústrias serão separadas por pouco mais de dois quilômetros. A expectativa é de que a unidade londrinense da Wittur esteja pronta em um ano.

A construtora DMX Engenharia alojará cerca de R\$ 12 milhões na construção do prédio, e o locará à Wittur. Esta, por sua vez, planeja investir R\$ 10 milhões na aquisição de

equipamentos. A multinacional alemã tem faturamento global de 500 milhões de euros, aproximadamente. Espera-se que, em dois anos após o início de funcionamento da nova planta, as operações nacionais da empresa gerem receita de R\$ 120 milhões.

BORTOLIN, Nelson. Kireff anuncia indústria de componentes para elevador. **Folha de Londrina**, 18 jul. 2014. Economia & Negócios, p.1.

Air Liquide implantará unidade em Ortigueira

A Air Liquide, empresa de capital francês, construirá sua 13.^a unidade brasileira no município de Ortigueira (região Centro-Oriental paranaense). A implantação dessa indústria de gases foi motivada pela demanda da Klabin, fabricante de papel e celulose que está a instalar complexo na cidade. Contrato com duração de quinze anos prevê fornecimento diário de 160 toneladas de oxigênio da Air Liquide à Klabin.

A planta de Ortigueira também produzirá argônio e nitrogênio. A empresa atende cerca de 3.500 clientes paranaenses. Estima-se que a nova fábrica exigirá investimento de 40 milhões de euros e entre em funcionamento em 2016. Fundada em 1902 e instalada no Brasil desde 1945, a companhia francesa opera em 80 países.

DEUS, Sérgio Luis. Air Liquide vai investir 40 milhões de euros no PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 03 ago. 2014. Economia, p. 1.

FRIAS, Maria Cristina. Francesa instalará usina de oxigênio no PR. **Folha de S. Paulo**, 06 ago. 2014. Mercado, p. B2.

Engemovi desenvolve tecnologia para a indústria petrolífera

Empresa instalada na incubadora do Instituto de Tecnologia do Paraná (Tecpar), a EngeMovi criou revolucionário robô capaz de soldar plataformas marítimas e cascos de embarcações. Batizado como Hexaflex, o equipamento gera calor pelo atrito, realizando soldagem mais precisa e rápida que a tradicional, efetuada por arco elétrico. O modelo tem sido desenvolvido há seis anos e demandou inversão de R\$ 2,5 milhões, aproximadamente. Seu segundo protótipo deve ser construído no ano corrente.

Paralelamente, a EngeMovi desenvolve um modelo leve que utiliza arco elétrico. Prevê-se que o equipamento seja apresentado em 18 meses. Ambos os projetos receberam fundos da Finep, agência ligada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI). As pesquisas do Hexaflex receberam, também, subvenção da Petrobras.

JASPER, Fernando. Robô curitibano mira em petrolíferas. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 11 ago. 2014. Economia, p.19.

Jasmine é vendida a companhia japonesa

A Otsuka, companhia farmacêutica de capital japonês, adquiriu o controle da Jasmine, indústria curitibana de alimentos. A Otsuka investe na produção desde que comprou a Nutrition et Santé, empresa francesa deste ramo.

Fundada em 1990, a Jasmine apresentou crescimento anual de aproximadamente 20% nos últimos dez anos. No ano passado, alcançou faturamento de R\$ 124 milhões.

RIOS, Cristina. Nutrition estreia no país com compra da Jasmine. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 29 ago. 2014. p.25.

SHELLER, Fernando. Jasmine, de produtos saudáveis, é vendida a farmacêutica japonesa. **O Estado de S. Paulo**, 28 ago. 2014. Economia, p.B20.

SERVIÇOS

Biogás e geração de energia

Sociedade de propósito específico criada pela Companhia Paranaense de Saneamento (Sanepar) e Cattalini Bioenergia produzirá biogás e energia elétrica. Batizada como CS Bioenergia, a sociedade alocará R\$ 55 milhões na construção de unidade de produção de biogás ao lado da maior estação de tratamento de esgoto da Sanepar, a Belém. O lodo do esgoto será processado em composto de metano e gás carbônico. A planta será capaz de transformar o gás em 2,8 megawatts de energia. A Sanepar desenvolve projeto-piloto de geração de eletricidade desde 2008, na estação de tratamento Ouro Verde.

Paralelamente, a estação de tratamento Belém está sendo ampliada, através de investimento de R\$ 80 milhões.

RIOS, Cristina. Sanepar e Cattalini se unem para gerar gás do lodo de esgoto. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 10 jul. 2014. p.21.

Copel e Weg implementarão projeto de energia eólica

A Companhia Paranaense de Energia (Copel) e a WEG, indústria de motores e de equipamentos elétricos sediada em Jaraguá do Sul (SC), implantarão novas máquinas no parque eólico em Palmas, na região Sudoeste paranaense. O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) chancelou a iniciativa no final de julho. No local, a Copel já possui cinco torres que, somadas, produzem 2,5 megawatts.

A parceria com a WEG pressupõe a instalação de duas unidades capazes de gerar, individualmente, ao menos 2,1 megawatts. É possível, ainda, que uma terceira nova máquina, com capacidade de 3,3 megawatts, seja estabelecida no local. O equipamento será pago pela companhia catarinense. À Copel caberá sua operação e manutenção.

GALIOTTO, Fábio. Cade libera parceria da Copel com WEG. **Folha de Londrina**, 29 jul. 2014. Economia & Negócios, p.3.

Unimed investirá R\$ 40 milhões em Campo Mourão

A Unimed Campo Mourão alocará R\$ 40 milhões na construção de um hospital na cidade, localizada na região Centro-Occidental paranaense. A estrutura de 9.500 metros quadrados contará, inicialmente, com 60 leitos. Estuda-se a ampliação da quantidade de leitos em posterior fase de investimentos, planejada para dois anos após a inauguração.

Essa unidade da cooperativa médica reúne 112 médicos e atende cerca de 20 mil pessoas na sua área de cobertura, composta por 12 municípios.

FRIAS, Maria Cristina. Mais leitos. **Folha de S. Paulo**, 04 ago. 2014. Folhainvest, p.B2.

Antaq autoriza construção de Terminal em Pontal do Paraná

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) avalizou a construção de um porto privado no município de Pontal do Paraná, na Região Metropolitana de Curitiba. A concessão de 25 anos foi dada à companhia Porto Pontal Paraná Importação e Exportação, que avalia o investimento em R\$ 1,1 bilhão.

A área destinada ao projeto compreende 610 mil metros quadrados, e prevê-se que o acondicionamento de contêineres ocupe 450 mil metros quadrados. O terminal contará com cais de atracação de 1,3 mil metros. A expectativa é de que entre em operação até fins de 2017, com dois terços da estrutura finalizada.

JUNGES, Cíntia. Antaq aprova porto em Pontal do PR. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 28 ago. 2014. p.27.

ECONOMIA PARANAENSE – INDICADORES SELECIONADOS

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

continua

ANO	ALGODÃO			ARROZ			BATATA-INGLESA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	336 000	561 519	1 671	390 545	638 000	1 636	42 630	521 762	12 239
1981	305 790	581 000	1 900	275 000	493 632	1 793	39 146	459 357	11 734
1982	369 500	739 000	2 000	204 000	256 620	1 258	50 460	603 553	11 961
1983	440 000	695 608	1 581	216 400	368 313	1 702	45 004	422 870	9 396
1984	322 124	611 865	1 899	196 700	242 570	1 233	40 904	505 915	12 368
1985	540 000	1 035 661	1 918	200 000	296 000	1 480	38 992	497 522	12 760
1986	415 000	768 434	1 852	140 000	206 000	1 411	40 509	416 596	10 284
1987	386 000	711 880	1 844	202 923	342 844	1 690	50 155	662 129	13 202
1988	470 000	903 107	1 922	188 615	316 732	1 679	49 464	654 282	13 227
1989	415 091	805 277	1 940	163 633	295 698	1 807	39 622	502 158	12 673
1990	490 000	852 600	1 740	151 003	253 501	1 679	41 285	616 498	14 933
1991	618 000	1 024 111	1 657	121 297	163 056	1 909	41 650	653 824	15 698
1992	704 498	972 804	1 381	134 000	217 200	1 621	43 925	683 500	15 561
1993	345 000	448 081	1 299	127 500	232 500	1 824	40 800	624 872	15 315
1994	235 000	422 541	1 798	105 301	217 466	2 065	45 069	643 865	14 286
1995	282 760	529 977	1 874	108 600	225 000	2 072	43 038	620 300	14 413
1996	182 700	287 061	1 571	96 300	205 000	2 129	49 236	716 000	14 542
1997	59 874	110 000	1 837	85 487	176 057	2 059	45 399	665 840	14 666
1998	112 994	170 358	1 508	80 521	170 080	2 113	43 510	571 854	13 143
1999	48 161	109 144	2 266	81 894	186 880	2 282	41 931	615 832	14 687
2000	54 420	126 051	2 316	79 823	179 885	2 254	36 448	648 376	17 789
2001	71 264	174 854	2 454	78 568	186 678	2 376	32 661	594 124	18 191
2002	35 958	83 970	2 335	75 717	185 245	2 447	33 782	659 353	19 518
2003	30 066	71 744	2 386	71 543	193 493	2 705	30 527	609 007	19 950
2004	47 247	89 944	1 904	68 051	182 090	2 676	29 336	580 350	19 783
2005	57 080	78 748	1 380	59 607	137 050	2 299	27 513	529 977	19 263
2006	13 870	22 567	1 627	59 287	171 913	2 900	28 239	585 310	20 727
2007	12 253	25 902	2 114	54 197	174 254	3 215	27 338	600 666	21 972
2008	6 496	16 089	2 477	47 019	172 737	3 674	27 740	680 160	24 519
2009	3 091	7 362	2 382	43 790	167 628	3 828	26 438	547 681	20 716
2010	99	203	2 051	40 455	166 848	4 124	30 079	727 433	24 184
2011	1 132	3 193	2 836	38 856	192 020	4 942	31 175	793 754	25 461
2012	1 233	1 906	1 546	35 035	177 841	5 076	29 182	746 480	25 580
2013 ⁽¹⁾	94	223	2 372	32 827	175 910	5 359	27 475	717 415	26 112
2014 ⁽¹⁾	-	-	-	29 706	159 100	5 356	29 579	819 612	27 709

ANO	CAFÉ			CANA-DE-AÇÚCAR			CEVADA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	734 152	180 000	245	57 990	4 451 480	76 763	30 172	39 172	1 298
1981	700 000	498 000	711	69 120	4 888 038	70 712	34 775	35 392	1 017
1982	303 000	96 000	317	90 000	6 840 000	76 000	35 950	27 247	758
1983	440 000	354 000	805	110 930	9 664 965	87 127	21 442	18 915	882
1984	424 000	252 000	594	121 696	8 428 836	69 261	19 574	18 400	940
1985	424 000	318 000	750	140 878	10 425 000	74 000	36 297	65 512	1 722
1986	422 825	120 000	284	160 000	11 600 000	72 500	27 600	60 000	2 174
1987	430 000	510 000	1 186	160 420	11 911 431	74 252	40 670	92 000	2 262
1988	505 581	114 000	226	156 497	11 856 032	75 759	42 498	49 485	1 164
1989	493 324	267 039	541	153 539	11 401 852	74 260	40 402	102 351	2 532
1990	426 391	156 702	368	159 417	11 736 412	73 621	28 213	50 844	1 802
1991	383 355	201 922	527	172 296	12 500 000	72 550	22 974	31 052	1 352
1992	296 000	108 000	365	184 000	13 350 000	72 554	17 700	43 326	2 448
1993	230 000	100 000	435	196 000	14 000 000	71 429	23 946	48 860	2 040
1994	184 351	81 990	445	215 796	15 945 937	73 894	14 207	27 975	1 969
1995	13 750	7 350	535	255 000	18 870 000	74 000	20 235	30 800	1 515
1996	134 000	67 000	500	294 000	23 000 000	78 231	26 110	85 430	3 272
1997	127 895	109 630	858	306 000	24 500 000	80 065	36 971	106 030	2 868
1998	128 127	135 707	1 060	310 344	26 640 767	85 843	42 957	84 371	1 964
1999	136 642	141 813	1 038	338 939	27 016 957	79 710	31 864	78 722	2 471
2000	142 118	132 435	932	327 147	23 190 410	70 887	32 135	69 146	2 152
2001	63 304	28 299	447	337 574	27 156 281	80 445	40 456	76 209	1 884
2002	129 313	139 088	1 076	358 312	28 120 716	78 481	46 750	77 862	1 665
2003	126 349	117 274	928	375 698	32 721 425	87 095	53 479	184 786	3 455
2004	117 376	152 260	1 297	398 969	33 552 515	84 098	53 819	167 450	3 111
2005	106 303	86 417	813	397 825	28 011 069	70 411	54 712	127 661	2 333
2006	100 973	139 376	1 380	444 723	34 461 627	77 490	31 745	106 891	3 367
2007	97 623	103 698	1 062	554 855	46 539 991	83 878	46 679	134 414	2 880
2008	96 804	157 882	1 631	601 656	50 958 155	84 696	36 551	150 241	4 110
2009	85 315	87 655	1 027	644 914	54 756 307	84 905	45 017	125 229	2 782
2010	82 831	138 963	1 678	652 005	55 077 630	84 553	48 824	180 804	3 734
2011	74 854	110 728	1 479	645 088	49 846 477	77 301	51 062	194 441	3 812
2012	66 811	90 614	1 356	652 041	49 840 398	76 438	51 112	158 445	3 100
2013 ⁽¹⁾	65 151	99 747	1 531	663 336	49 486 416	74 602	46 422	191 624	4 128
2014 ⁽¹⁾	33 868	30 515	901	668 686	50 549 509	75 595	54 221	225 018	4 150

TABELA 1 - ÁREA, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE DOS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS DO PARANÁ - 1980-2014

conclusão

ANO	FEIJÃO			FUMO			MANDIOCA		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	815 088	462 250	567	25 104	43 582	1 736	44 640	887 810	19 888
1981	852 835	570 860	669	16 663	29 273	1 757	58 700	1 100 380	18 746
1982	879 990	666 800	758	17 510	30 000	1 713	62 500	1 218 750	19 500
1983	699 685	347 035	496	19 130	29 250	1 529	69 870	1 452 870	20 794
1984	741 001	479 108	647	19 474	34 844	1 789	73 688	1 446 258	19 627
1985	723 764	499 617	690	19 150	35 980	1 879	85 800	1 722 864	20 080
1986	627 604	215 701	344	18 300	27 914	1 525	85 800	1 700 000	19 814
1987	754 210	391 355	519	23 150	40 800	1 762	85 445	1 853 950	21 698
1988	741 920	457 692	617	22 520	44 482	1 975	85 242	1 855 328	21 765
1989	528 741	223 031	422	22 827	41 972	1 839	77 349	1 622 846	20 981
1990	550 591	279 028	507	22 502	40 315	1 792	101 854	2 184 599	21 448
1991	624 036	348 332	558	22 865	41 494	1 815	102 265	2 261 788	22 117
1992	595 894	461 162	774	31 085	61 000	1 962	100 000	2 100 000	21 000
1993	545 800	444 000	813	35 364	67 141	1 899	137 000	3 014 000	22 000
1994	589 479	526 209	893	32 768	63 027	1 923	157 625	3 419 935	21 700
1995	487 309	422 451	867	32 588	52 638	1 615	144 000	3 168 000	22 000
1996	596 125	490 854	823	34 446	59 529	1 728	115 232	2 500 000	21 695
1997	557 123	475 458	853	41 163	74 493	1 810	144 500	2 600 000	17 993
1998	564 537	494 556	876	38 624	57 273	1 483	149 934	3 241 800	21 622
1999	680 317	570 097	838	36 116	68 076	1 885	164 258	3 446 805	20 984
2000	541 082	500 948	926	33 910	64 548	1 904	182 850	3 779 827	20 672
2001	428 343	470 214	1 098	34 736	68 594	1 975	172 815	3 614 859	20 918
2002	526 457	629 059	1 195	41 890	82 303	1 965	142 892	3 463 968	24 242
2003	544 906	718 084	1 318	53 292	100 768	1 891	108 097	2 476 346	22 909
2004	503 585	664 333	1 319	67 128	134 100	1 998	150 217	2 956 771	19 683
2005	435 201	554 670	1 275	78 890	153 126	1 941	166 885	3 346 333	20 052
2006	589 741	819 094	1 389	83 602	155 533	1 860	160 705	3 789 166	22 328
2007	545 239	769 399	1 411	79 173	158 700	2 004	173 235	3 762 445	21 719
2008	508 273	776 971	1 529	73 428	148 037	2 016	149 350	3 449 726	23 098
2009	643 288	787 180	1 224	75 774	151 063	1 994	175 709	4 200 910	23 908
2010	520 798	792 010	1 521	79 266	161 137	2 033	172 214	4 012 948	23 312
2011	521 196	815 280	1 564	80 211	171 837	2 142	184 263	4 179 245	22 688
2012	478 532	700 545	1 464	70 376	156 834	2 229	159 115	3 869 080	24 316
2013 ⁽¹⁾	484 568	673 783	1 390	70 901	157 997	2 228	156 797	3 774 184	24 071
2014 ⁽¹⁾	515 179	808 645	1 569	75 396	172 845	2 292	175 831	4 082 642	23 219

ANO	MILHO			SOJA			TRIGO		
	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)	Área Colhida (ha)	Produção (t)	Produt. (kg/ha)
1980	2 156 508	5 466 967	2 535	2 410 000	5 400 000	2 241	1 440 000	1 350 000	937
1981	2 161 999	5 363 109	2 481	2 266 200	4 983 210	2 199	785 000	915 000	1 166
1982	2 276 700	5 430 000	2 385	2 100 000	4 200 000	2 000	1 175 000	1 025 000	872
1983	2 361 800	5 188 870	2 125	2 022 000	4 315 000	2 134	898 265	1 066 000	1 187
1984	2 447 000	5 400 000	2 207	2 177 900	4 121 000	1 892	829 211	1 113 009	1 342
1985	2 332 840	5 803 713	2 488	2 196 370	4 413 000	2 009	1 295 548	2 696 023	2 081
1986	2 300 000	4 300 000	1 870	1 745 000	2 600 000	1 490	1 947 000	2 950 000	1 115
1987	2 846 000	7 641 800	2 685	1 718 000	3 810 000	2 218	1 717 500	3 300 000	1 921
1988	2 269 862	5 558 805	2 449	2 123 379	4 771 264	2 247	1 773 797	3 250 000	1 832
1989	2 137 234	5 296 080	2 478	2 399 993	5 031 297	2 096	1 829 680	3 207 000	1 753
1990	2 079 784	5 160 823	2 481	2 267 638	4 649 752	2 050	1 197 149	1 394 052	1 164
1991	2 358 797	4 827 112	2 046	1 972 538	3 531 216	1 790	1 082 358	1 825 959	1 687
1992	2 610 000	7 370 000	2 824	1 794 000	3 417 000	1 905	1 220 000	1 600 000	1 311
1993	2 703 000	8 158 000	3 018	2 076 000	4 817 000	2 320	696 000	1 023 000	1 470
1994	2 512 859	8 162 472	3 248	2 154 077	5 332 893	2 476	599 070	1 012 439	1 690
1995	2 727 800	8 960 400	3 285	2 199 720	5 624 440	2 557	579 000	960 000	1 658
1996	2 463 000	7 911 000	3 212	2 392 000	6 448 800	2 696	1 024 480	1 977 030	1 930
1997	2 503 003	7 752 217	3 097	2 551 651	6 582 273	2 580	899 024	1 629 226	1 812
1998	2 229 524	7 935 376	3 559	2 858 697	7 313 460	2 558	893 302	1 509 420	1 690
1999	2 520 818	8 777 465	3 482	2 786 857	7 752 472	2 782	707 518	1 446 782	2 045
2000	2 233 858	7 367 262	3 298	2 859 362	7 199 810	2 518	437 761	599 355	1 369
2001	2 820 597	12 689 549	4 499	2 821 906	8 628 469	3 058	873 465	1 840 114	2 107
2002	2 461 816	9 857 504	4 004	3 316 379	9 565 905	2 884	1 035 501	1 557 547	1 504
2003	2 843 704	14 403 495	5 065	3 653 266	11 018 749	3 016	1 197 192	3 121 534	2 607
2004	2 464 652	10 953 869	4 444	4 007 099	10 221 323	2 551	1 358 592	3 051 213	2 246
2005	2 003 080	8 545 711	4 266	4 147 006	9 535 660	2 299	1 273 243	2 800 094	2 199
2006	2 507 903	11 697 442	4 664	3 948 520	9 466 405	2 397	762 339	1 204 747	1 580
2007	2 730 179	13 835 369	5 068	4 001 443	11 882 704	2 970	820 948	1 863 716	2 270
2008	2 969 632	15 414 362	5 191	3 967 764	11 764 466	2 965	1 153 251	3 216 590	2 789
2009	2 783 036	11 159 845	4 010	4 077 142	9 410 791	2 308	1 308 782	2 482 647	1 916
2010	2 261 992	13 540 981	5 986	4 479 869	14 091 821	3 146	1 172 860	3 419 293	2 916
2011	2 470 694	12 441 626	5 036	4 555 312	15 457 911	3 393	1 053 924	2 427 721	2 381
2012	3 013 870	16 516 036	5 480	4 454 655	10 924 321	2 452	782 308	2 107 665	2 694
2013 ⁽¹⁾	3 031 691	17 353 450	5 724	4 754 076	15 924 318	3 350	1 000 099	1 886 948	1 887
2014 ⁽¹⁾	2 565 409	15 674 396	6 110	5 010 186	14 776 041	2 949	1 354 503	3 976 549	2 936

FONTES: SEAB/DERAL, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Estimativa.

TABELA 2 - ABATES DE AVES, BOVINOS E SUÍNOS, NO PARANÁ - 1997-2014

PERÍODO	PESO TOTAL DAS CARÇAÇAS (t)		
	Aves	Bovinos	Suínos
1997	720 154	225 021	189 459
1998	854 517	236 358	193 435
1999	957 237	198 873	229 466
2000	1 041 412	181 113	235 315
2001	1 121 828	197 985	263 451
2002	1 235 681	219 350	333 951
2003	1 344 398	219 774	359 139
2004	1 557 656	276 808	340 645
2005	1 788 481	308 947	367 765
2006	1 856 538	316 897	390 394
2007	2 057 318	295 010	437 152
2008	2 480 908	279 609	454 340
2009	2 489 061	282 220	509 156
2010	2 725 634	338 599	531 514
2011	2 868 973	279 585	629 586
2012	3 033 270	314 986	623 822
2013 ⁽¹⁾	3 379 689	333 180	606 446
Janeiro	279 032	27 045	50 703
Fevereiro	248 026	24 175	45 037
Março	257 112	25 704	49 650
Abril	295 361	29 803	53 895
Maiο	296 388	29 332	53 555
Junho	293 107	26 527	51 785
Julho	304 933	28 273	54 779
Agosto	291 771	26 473	54 103
Setembro	271 027	28 513	50 242
Outubro	306 614	30 426	50 712
Novembro	275 014	26 519	47 567
Dezembro	274 831	30 389	44 420
2014 ⁽¹⁾	891 386	73 765	140 068
Janeiro	311 431	24 520	47 529
Fevereiro	288 778	24 476	44 683
Março	291 177	24 769	47 856

FONTE: IBGE - Pesquisa Trimestral de Abate de Animais

(1) Resultados preliminares.

TABELA 3 - EXPORTAÇÕES PARANAENSES, SEGUNDO FATOR AGREGADO - 1980-2014

ANO	BÁSICOS		INDUSTRIALIZADOS				OPERAÇÕES ESPECIAIS		TOTAL (US\$ mil FOB)
			Semimanufaturados		Manufaturados				
	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	US\$ mil FOB	Part. (%)	
1980	1 525 496	76,47	204 013	10,23	235 955	11,83	29 385	1,47	1 994 849
1981	1 578 294	65,71	250 316	10,42	541 587	22,55	31 827	1,33	2 402 024
1982	1 140 108	68,07	106 669	6,37	409 124	24,43	19 022	1,14	1 674 923
1983	1 012 405	69,20	79 971	5,47	349 526	23,89	21 043	1,44	1 462 945
1984	966 205	52,45	177 247	9,62	671 435	36,45	27 086	1,47	1 841 973
1985	928 902	50,89	175 665	9,62	698 346	38,26	22 551	1,24	1 825 464
1986	688 996	56,59	43 324	3,56	472 821	38,84	12 339	1,01	1 217 480
1987	969 288	59,14	120 707	7,37	533 758	32,57	15 169	0,93	1 638 922
1988	1 167 554	58,21	149 328	7,45	678 177	33,81	10 573	0,53	2 005 632
1989	1 192 665	60,13	178 327	8,99	601 886	30,35	10 462	0,53	1 983 340
1990	1 035 355	55,42	203 537	10,90	618 389	33,10	10 887	0,58	1 868 168
1991	939 248	51,75	179 988	9,96	678 770	37,56	13 223	0,73	1 807 229
1992	1 067 932	50,61	206 642	9,79	822 506	38,98	12 959	0,61	2 110 039
1993	1 191 871	48,04	192 267	7,75	1 081 457	43,59	15 548	0,63	2 481 143
1994	1 459 424	41,62	487 597	13,90	1 538 079	43,86	21 649	0,62	3 506 749
1995	1 439 114	40,34	646 613	18,13	1 463 107	41,01	18 511	0,52	3 567 346
1996	2 081 290	49,02	576 682	13,58	1 562 959	36,81	24 974	0,59	4 245 905
1997	2 524 220	52,01	560 259	11,54	1 740 382	35,86	28 727	0,59	4 853 587
1998	1 918 816	45,38	665 062	15,73	1 614 172	38,18	29 944	0,71	4 227 995
1999	1 735 682	44,14	626 797	15,94	1 528 226	38,86	41 954	1,07	3 932 659
2000	1 661 374	37,81	498 631	11,35	2 158 622	49,12	75 534	1,72	4 394 162
2001	2 280 991	42,87	561 285	10,55	2 416 688	45,42	61 247	1,15	5 320 211
2002	2 384 075	41,80	668 797	11,73	2 576 841	45,18	73 368	1,29	5 703 081
2003	2 985 014	41,70	877 848	12,26	3 217 442	44,95	77 549	1,08	7 157 853
2004	3 908 974	41,56	969 099	10,30	4 437 090	47,18	89 862	0,96	9 405 026
2005	3 297 780	32,87	993 498	9,90	5 608 205	55,89	134 049	1,34	10 033 533
2006	2 931 247	29,26	1 146 938	11,45	5 755 975	57,47	182 177	1,82	10 016 338
2007	4 233 777	34,27	1 318 847	10,68	6 630 908	53,68	169 325	1,37	12 352 857
2008	5 787 485	37,96	1 611 541	10,57	7 540 538	49,46	307 620	2,02	15 247 184
2009	4 985 127	44,42	1 304 406	11,62	4 719 959	42,06	213 335	1,90	11 222 827
2010	5 983 154	42,21	1 800 373	12,70	6 121 489	43,18	270 994	1,91	14 176 010
2011	7 952 480	45,72	2 410 778	13,86	6 645 958	38,21	385 059	2,21	17 394 275
2012	8 356 708	47,19	2 274 620	12,84	6 748 089	38,10	330 174	1,86	17 709 591
2013 ⁽¹⁾	9 068 374	49,72	2 099 371	11,51	6 817 117	37,38	254 339	1,39	18 239 202
Janeiro	328 462	33,92	135 402	13,98	488 499	50,45	15 935	1,65	968 298
Fevereiro	532 919	49,13	89 417	8,24	441 106	40,67	21 175	1,95	1 084 617
Março	766 641	55,28	147 907	10,67	449 371	32,41	22 794	1,64	1 386 712
Abril	875 775	55,39	106 504	6,74	573 340	36,26	25 546	1,62	1 581 166
Maio	967 240	53,01	204 514	11,21	630 032	34,53	22 708	1,24	1 824 494
Junho	919 317	53,86	186 114	10,90	583 280	34,18	18 019	1,06	1 706 730
Julho	954 664	54,71	180 971	10,37	589 168	33,77	19 995	1,15	1 744 797
Agosto	1 042 068	53,91	179 067	9,26	684 339	35,40	27 584	1,43	1 933 059
Setembro	849 873	50,90	219 455	13,14	582 723	34,90	17 664	1,06	1 669 715
Outubro	828 976	48,59	261 960	15,35	589 219	34,54	25 921	1,52	1 706 076
Novembro	615 794	43,81	171 108	12,17	596 903	42,46	21 907	1,56	1 405 712
Dezembro	386 646	31,49	216 951	17,67	609 138	49,61	15 092	1,23	1 227 827
2014 ⁽¹⁾	5 579 731	55,52	1 003 888	9,99	3 309 054	32,93	157 299	1,57	10 049 972
Janeiro	345 047	38,15	125 860	13,91	419 159	46,34	14 480	1,60	904 545
Fevereiro	686 347	52,27	91 161	6,94	513 831	39,13	21 851	1,66	1 313 190
Março	868 742	58,46	130 557	8,79	464 217	31,24	22 530	1,52	1 486 046
Abril	1 112 957	66,59	92 703	5,55	439 888	26,32	25 883	1,55	1 671 433
Maio	904 377	57,94	169 846	10,88	464 110	29,73	22 629	1,45	1 560 962
Junho	796 409	54,63	175 907	12,07	462 493	31,73	22 925	1,57	1 457 734
Julho	865 851	52,28	217 854	13,15	545 356	32,93	27 001	1,63	1 656 062

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 4 - BALANÇA COMERCIAL PARANAENSE E BRASILEIRA - 1994-2014

ANO	PARANÁ (US\$ MIL FOB)			BRASIL (US\$ MIL FOB)		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
1994	3 506 749	1 589 440	1 917 309	43 545 167	33 052 686	10 492 481
1995	3 567 346	2 390 291	1 177 055	46 506 281	49 971 895	- 3 465 614
1996	4 245 905	2 434 373	1 811 172	47 746 726	53 345 767	- 5 599 039
1997	4 853 587	3 306 968	1 547 276	52 990 115	59 747 227	- 6 752 887
1998	4 227 995	4 057 589	170 406	51 139 862	57 763 476	- 6 623 614
1999	3 932 659	3 699 490	233 169	48 012 790	49 301 558	- 1 288 768
2000	4 394 162	4 686 229	- 292 067	55 118 920	55 850 663	- 731 743
2001	5 320 211	4 928 952	391 259	58 286 593	55 601 757	2 684 836
2002	5 703 081	3 333 392	2 369 689	60 438 653	47 242 654	13 195 999
2003	7 157 853	3 486 051	3 671 802	73 203 222	48 325 652	24 877 570
2004	9 405 020	4 026 140	5 378 879	96 677 839	62 835 616	33 842 223
2005	10 033 533	4 527 237	5 506 296	118 529 185	73 600 376	44 928 809
2006	10 016 338	5 977 971	4 038 367	137 807 470	91 350 580	46 456 889
2007	12 352 857	9 017 988	3 334 870	160 649 073	120 617 446	40 031 627
2008	15 247 184	14 570 222	676 962	197 942 443	172 984 768	24 957 675
2009	11 222 827	9 620 843	1 601 984	152 994 743	127 722 343	25 272 400
2010	14 176 010	13 956 957	219 054	201 915 285	181 768 427	20 146 858
2011	17 394 275	18 767 763	- 1 373 487	256 039 575	226 246 756	29 792 819
2012	17 709 591	19 387 794	- 1 678 203	242 578 014	223 183 477	19 394 537
2013 ⁽¹⁾	18 239 202	19 343 839	- 1 104 637	242 178 649	239 623 604	2 555 045
Janeiro	968 298	1 460 460	- 492 162	15 966 728	20 006 835	- 4 040 107
Fevereiro	1 084 617	1 270 457	- 185 840	15 549 465	16 828 348	- 1 278 883
Março	1 386 712	1 695 155	- 308 443	19 320 426	19 157 901	162 524
Abril	1 581 166	1 723 393	- 142 228	20 631 040	21 619 866	- 988 825
Maio	1 824 494	1 624 640	199 855	21 822 420	21 060 756	761 664
Junho	1 706 730	1 615 656	91 072	21 134 041	18 826 007	2 308 034
Julho	1 744 797	1 574 773	170 024	20 806 765	22 705 903	- 1 899 138
Agosto	1 933 059	2 078 770	- 145 711	21 424 021	20 201 008	1 223 013
Setembro	1 669 715	1 516 117	153 597	20 995 536	18 855 376	2 140 160
Outubro	1 706 076	1 773 194	- 67 118	22 821 003	23 046 371	- 225 368
Novembro	1 405 712	1 448 617	- 42 905	20 861 367	19 122 374	1 738 994
Dezembro	1 227 827	1 562 604	- 334 777	20 845 837	18 192 860	2 652 978
2014 ⁽¹⁾	10 049 972	10 232 753	- 182 780	133 554 955	134 473 023	- 918 068
Janeiro	904 545	1 217 067	- 312 522	16 026 191	20 084 668	- 4 058 477
Fevereiro	1 313 190	1 304 112	9 077	15 933 832	18 062 777	- 2 128 944
Março	1 486 046	1 419 509	66 537	17 627 934	17 514 864	113 071
Abril	1 671 433	1 425 215	246 218	19 723 926	19 218 598	505 327
Maio	1 560 962	1 645 841	- 84 879	20 752 084	20 039 642	712 441
Junho	1 457 734	1 306 836	150 898	20 466 916	18 102 293	2 364 623
Julho	1 656 062	1 914 172	- 258 110	23 024 072	21 450 181	1 573 891

FONTE: MDIC/SECEX

(1) Dados preliminares.

TABELA 5 - ÍNDICE DE VOLUME DE VENDAS DO COMÉRCIO VAREJISTA DO PARANÁ - 2000-2014

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)															
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13
Combustíveis e lubrificantes	91,7	94,1	110,2	117,5	122,0	119,4	99,8	102,4	104,7	103,5	104,1	100,00	108,0	120,8	107,7	102,4
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	78,9	77,1	72,7	70,2	78,3	72,8	77,2	82,3	85,5	89,2	94,3	100,00	110,2	116,6	122,4	106,5
Hipermercados e supermercados	79,1	77,7	73,5	71,1	79,3	73,1	77,5	82,6	85,6	89,4	94,4	100,00	110,6	116,9	123,0	107,1
Tecidos, vestuário e calçados	89,7	90,7	79,8	83,3	89,4	90,2	88,9	93,5	97,7	97,1	101,8	100,00	106,2	106,4	91,1	77,3
Móveis e eletrodomésticos	37,3	35,6	35,0	37,4	48,4	54,8	59,5	66,9	73,5	73,8	85,6	100,00	107,3	111,9	117,0	84,6
Móveis	100,00	107,3	103,3	112,6	80,7
Eletrodomésticos	100,00	109,2	120,4	123,3	90,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	41,5	45,7	48,5	51,3	58,3	72,0	85,9	100,00	120,6	133,9	121,9	112,4
Livros, jornais, revistas e papelaria	70,7	70,7	68,0	70,9	80,6	88,5	102,2	100,00	96,6	104,9	144,6	116,5
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	6,4	11,3	17,1	22,0	43,8	69,7	95,4	100,00	92,4	85,3	84,5	61,3
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	41,9	47,8	55,5	60,6	71,3	79,1	91,7	100,00	120,6	131,5	121,4	95,3
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	63,0	62,4	62,0	62,6	69,6	68,9	71,0	76,0	81,3	85,6	93,5	100,00	110,0	116,9	116,3	99,6

ATIVIDADE	ÍNDICE (base fixa: 2011 = 100)																
	Mar./13	Abr./13	Mai./13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai./14	Jun./14
Combustíveis e lubrificantes	116,2	114,2	119,3	122,9	127,0	130,5	128,6	134,4	124,7	121,8	122,2	120,7	120,5	124,5	120,7	127,7	119,2
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	122,4	103,4	108,2	108,7	111,9	117,4	109,6	115,0	123,0	151,1	116,2	129,8	109,3	117,9	117,0	114,1	109,0
Hipermercados e supermercados	123,1	103,7	108,2	108,9	111,7	117,2	109,4	114,8	123,2	152,3	116,5	130,8	109,4	118,0	117,2	114,2	109,3
Tecidos, vestuário e calçados	98,7	105,0	115,7	101,5	105,1	101,5	89,8	100,4	105,5	184,6	100,6	94,7	83,1	94,8	104,1	127,3	99,6
Móveis e eletrodomésticos	99,3	100,9	108,9	102,7	119,1	119,6	108,2	112,0	117,3	153,2	103,5	124,2	97,3	97,8	96,6	108,8	96,2
Móveis	93,3	94,1	97,0	89,9	108,5	109,8	101,4	105,8	108,7	137,7	91,5	109,1	86,4	87,0	86,8	96,2	83,3
Eletrodomésticos	107,1	110,2	119,2	113,6	128,5	128,4	114,5	117,9	125,2	166,7	113,8	137,1	106,8	107,1	105,0	119,6	107,1
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	132,1	128,3	131,0	126,8	135,3	143,6	136,2	141,9	140,1	156,7	134,9	130,1	124,1	140,9	138,4	142,9	132,9
Livros, jornais, revistas e papelaria	94,3	106,8	106,9	102,0	110,4	113,9	98,1	64,3	62,4	138,4	93,6	146,4	105,6	88,3	74,1	78,8	68,3
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	84,0	81,6	101,3	87,2	93,4	85,8	84,0	83,7	80,7	96,1	58,6	58,0	62,9	58,0	59,0	59,6	53,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	123,2	110,8	128,7	123,0	130,4	123,9	119,1	135,1	136,9	230,7	128,4	128,9	113,2	122,8	131,2	142,3	131,8
COMÉRCIO VAREJISTA - TOTAL	116,2	106,2	112,9	110,7	116,3	119,2	111,7	117,6	121,3	154,7	114,6	123,5	107,2	114,5	114,5	118,7	109,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Mensal do Comércio

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 6 - PRODUÇÃO FÍSICA DA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO PARANÁ, SEGUNDO SEÇÕES E ATIVIDADES INDUSTRIAIS - 2002-2014

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	
Indústria de transformação	63,4	66,8	74,0	77,0	74,0	80,3	88,3	81,0	95,2	105,9	100,0	103,2	88,4	85,9	99,1	
Produtos alimentícios	83,5	87,5	91,7	88,6	93,7	97,0	94,3	90,1	97,6	98,0	100,0	102,4	80,2	85,4	90,4	
Bebidas	68,2	64,4	67,5	72,3	82,7	82,0	83,3	86,1	95,8	96,6	100,0	99,7	104,9	91,0	93,9	
Produtos de madeira	99,0	112,0	130,7	114,7	100,1	94,7	93,2	72,1	79,3	86,3	100,0	117,3	103,7	97,9	100,7	
Celulose, papel e produtos de papel	71,7	71,9	75,1	80,9	82,4	81,9	95,6	94,8	100,0	101,1	100,0	98,8	98,4	85,5	102,2	
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	94,5	94,1	82,9	90,9	91,9	88,6	95,0	94,6	86,6	97,1	100,0	97,0	92,7	82,9	96,5	
Outros produtos químicos	162,4	171,3	153,4	124,1	120,8	134,1	104,9	126,4	108,7	111,3	100,0	102,0	103,4	94,7	74,3	
Produtos de borracha e de material plástico	100,0	109,6	97,3	103,6	105,1	
Minerais não metálicos	77,0	74,8	70,4	72,8	69,3	73,2	92,7	94,9	99,9	103,1	100,0	110,5	95,4	99,6	104,8	
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	74,4	73,4	77,6	75,6	76,3	80,3	85,1	73,7	89,7	98,8	100,0	105,8	87,6	92,7	99,5	
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	63,1	60,3	63,8	69,0	70,1	77,6	79,5	80,5	85,4	89,9	100,0	104,1	101,5	96,9	112,6	
Máquinas e equipamentos	56,7	70,5	88,2	74,6	73,2	94,2	103,6	84,6	114,0	107,0	100,0	112,1	98,6	101,6	114,9	
Veículos automotores, reboques e carrocerias	29,1	34,2	51,5	62,4	49,6	64,7	80,1	58,3	91,8	119,3	100,0	103,8	71,5	69,9	108,3	
Móveis	91,7	83,2	85,2	80,9	82,5	93,2	85,6	77,8	99,6	94,2	100,0	101,4	98,3	84,8	98,0	

SEÇÃO/ATIVIDADE (CNAE 2.0) ⁽¹⁾	ÍNDICE (base: média de 2012 = 100)															
	Abr./13	Maió/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Maió/14	Jun./14
Indústria de transformação	107,3	108,8	102,9	111,9	118,1	109,5	115,5	107,4	83,8	94,5	91,6	94,8	95,8	93,5	103,0	88,4
Produtos alimentícios	104,2	110,0	99,9	117,5	124,9	112,2	113,1	104,4	87,0	90,0	78,0	81,3	87,7	93,7	104,1	95,4
Bebidas	84,9	90,4	96,8	84,6	95,2	99,1	115,0	115,2	125,4	97,4	101,4	96,8	113,6	101,9	92,4	78,4
Produtos de madeira	121,4	119,9	118,4	119,1	129,0	121,9	133,2	127,1	114,9	115,9	120,1	116,8	126,4	103,3	112,1	116,4
Celulose, papel e produtos de papel	99,3	92,4	99,7	97,2	96,4	101,5	108,8	104,1	99,8	92,7	94,5	83,6	100,9	94,2	87,5	95,2
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	99,8	108,6	101,9	105,3	114,6	100,9	110,2	96,6	54,0	99,1	91,8	90,0	101,2	97,4	111,2	102,9
Outros produtos químicos	90,3	105,7	98,8	113,7	128,9	117,5	111,0	102,5	83,7	93,1	94,0	95,1	76,8	86,5	106,6	99,3
Produtos de borracha e de material plástico	107,4	103,9	111,9	118,8	116,4	111,4	124,3	121,9	93,2	106,3	107,5	105,7	111,2	111,2	112,2	90,2
Minerais não metálicos	113,2	116,5	103,9	111,8	115,0	112,4	123,5	122,4	107,2	119,2	108,8	113,9	122,1	116,3	130,9	123,2
Produtos de metal - exc. máquinas e equip.	110,8	108,3	104,6	112,9	113,7	111,9	121,9	114,6	90,7	99,1	104,6	99,7	98,4	96,3	100,3	95,3
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	106,3	107,5	95,0	94,2	114,1	99,7	115,9	112,7	93,0	97,2	95,0	105,0	104,0	103,9	104,7	70,7
Máquinas e equipamentos	114,9	102,6	105,2	114,7	117,1	119,0	129,1	124,3	102,7	96,2	116,0	104,6	96,7	80,9	100,8	78,2
Veículos automotores, reboques e carrocerias	121,1	116,9	107,1	120,6	122,3	111,9	114,6	104,9	76,0	83,6	82,1	103,2	85,9	83,1	91,7	55,5
Móveis	107,4	98,5	95,6	102,0	108,6	105,0	112,2	111,7	95,1	88,2	87,8	94,7	89,0	87,9	93,1	76,4

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal

NOTAS: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Somente as atividades que apresentam produtos incluídos na amostra.

Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

TABELA 7 - PESSOAL OCUPADO ASSALARIADO NA INDÚSTRIA PARANAENSE, SEGUNDO SEÇÕES E DIVISÕES DA CNAE - 2002-2014

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Jan./13	Fev./13	Mar./13	
Indústria geral	100,12	102,55	106,75	108,23	105,71	109,00	110,15	102,67	104,22	110,05	112,50	112,59	110,98	111,55	113,08	
Indústrias extrativas	95,28	91,05	83,14	74,57	75,11	76,62	75,68	71,15	71,65	66,82	65,86	65,01	67,72	67,20	66,87	
Indústria de transformação	100,18	102,69	107,04	108,66	106,10	109,41	110,59	103,07	104,63	110,59	113,08	113,18	111,52	112,11	113,66	
Alimentos e bebidas	112,91	123,98	130,20	145,72	148,61	156,61	161,10	157,23	153,06	173,31	186,05	192,27	179,10	178,75	188,25	
Fumo	151,61	139,33	171,82	176,01	172,70	203,64	146,72	166,18	168,69	178,62	184,74	204,83	251,92	335,49	343,65	
Têxtil	104,54	98,87	97,47	93,04	98,02	90,57	84,57	77,50	82,92	87,54	98,30	110,28	107,13	111,44	108,34	
Vestuário	109,65	119,78	137,40	143,06	130,68	127,12	114,16	96,41	93,07	88,36	73,16	71,78	70,64	72,81	72,83	
Calçados e couro	94,19	84,90	77,49	87,36	100,28	104,42	100,23	91,51	103,13	91,92	84,03	80,16	80,39	78,48	78,82	
Madeira	80,10	77,61	79,47	68,52	56,46	49,90	45,51	36,03	33,89	30,66	29,90	28,59	30,13	29,42	28,68	
Papel e gráfica	101,78	112,32	115,86	116,97	121,49	127,51	125,01	123,28	130,70	134,61	129,72	133,02	128,13	127,82	130,74	
Refino de petróleo e combustíveis	139,55	193,99	200,28	193,10	214,11	231,62	258,75	270,75	226,77	217,69	230,07	229,49	203,03	204,92	226,47	
Produtos químicos	94,75	85,42	84,55	82,94	92,19	107,86	104,63	92,50	100,71	105,46	112,68	114,89	115,31	116,11	114,99	
Borracha e plástico	102,90	92,06	90,47	92,80	91,19	94,73	92,21	81,53	79,92	80,09	78,76	78,39	81,12	80,78	79,48	
Minerais não metálicos	115,39	112,56	116,00	119,90	113,93	129,73	134,66	130,23	127,90	131,35	140,75	139,02	142,42	142,48	142,53	
Metalurgia básica	91,79	83,40	79,69	81,41	72,50	67,97	72,16	70,88	78,93	85,13	88,92	87,30	86,69	87,44	88,35	
Produtos de metal ⁽¹⁾	95,45	97,42	96,86	99,41	101,13	95,98	103,68	103,74	111,63	121,14	121,25	116,72	116,32	120,37	121,49	
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	111,32	125,23	137,61	137,23	125,60	134,11	161,50	150,96	170,84	157,74	154,99	158,65	152,76	154,21	157,98	
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	106,87	96,68	90,47	96,23	94,68	95,01	105,05	103,00	110,89	146,52	183,13	158,07	177,32	176,73	170,26	
Fabricação de meios de transporte	88,25	93,47	101,74	112,47	112,19	142,13	150,56	141,50	149,92	168,57	174,05	175,45	173,50	173,60	175,76	
Fabricação de outros produtos	80,86	71,08	74,52	66,08	63,47	66,18	64,68	57,70	60,03	67,80	67,52	68,19	69,89	70,24	69,44	

SEÇÃO/DIVISÃO	ÍNDICE (base: janeiro de 2001 = 100)															
	Abr./13	Mai/13	Jun./13	Jul./13	Ago./13	Set./13	Out./13	Nov./13	Dez./13	2014	Jan./14	Fev./14	Mar./14	Abr./14	Mai/14	Jun./14
Indústria geral	113,91	114,16	114,54	113,96	113,21	112,99	112,37	112,33	107,96	109,07	108,22	108,43	109,73	109,67	109,57	108,82
Indústrias extrativas	65,56	65,78	65,13	64,38	62,84	63,65	63,15	63,77	64,01	62,29	63,54	63,57	63,11	61,78	61,14	60,57
Indústria de transformação	114,52	114,77	115,16	114,58	113,84	113,60	112,98	112,93	108,51	109,66	108,78	108,99	110,32	110,27	110,18	109,43
Alimentos e bebidas	191,30	195,47	198,45	198,16	199,02	197,98	197,91	198,02	184,78	193,46	184,39	188,41	196,45	196,80	197,80	196,93
Fumo	332,03	263,54	183,69	123,61	115,21	118,92	122,87	128,06	138,94	328,44	269,73	346,37	344,88	344,14	343,65	321,89
Têxtil	107,92	108,01	109,28	110,90	111,28	114,39	114,22	112,44	107,98	109,07	107,92	109,11	107,95	110,65	109,87	108,93
Vestuário	72,67	71,72	72,45	72,75	72,77	73,17	72,21	71,61	65,74	66,33	65,31	65,76	66,87	67,33	66,66	66,07
Calçados e couro	78,49	80,57	81,03	81,06	82,32	82,73	80,08	79,60	78,30	78,15	79,94	80,65	76,88	76,58	76,97	77,87
Madeira	28,63	28,30	28,50	28,39	28,17	28,12	28,15	28,41	28,15	28,71	28,33	28,93	28,79	28,86	28,75	28,58
Papel e gráfica	132,13	133,52	132,06	133,30	134,19	133,46	136,29	138,64	135,90	136,28	135,66	136,80	136,83	136,63	135,78	136,00
Refino de petróleo e combustíveis	240,36	245,48	241,89	240,50	239,53	236,91	233,77	229,90	211,09	216,71	203,29	201,07	218,18	225,40	224,90	227,40
Produtos químicos	115,87	115,01	114,61	114,63	114,59	114,20	114,33	114,45	114,62	117,97	115,68	118,12	119,05	118,65	118,46	117,83
Borracha e plástico	78,50	76,19	75,32	78,73	78,42	78,73	78,41	78,23	76,78	75,10	76,11	74,74	74,73	75,18	75,59	74,25
Minerais não metálicos	141,22	138,81	139,68	137,19	137,34	138,68	136,52	136,04	135,31	137,67	135,82	137,58	137,48	137,10	137,91	140,15
Metalurgia básica	88,61	90,37	89,22	88,31	86,28	85,89	85,82	85,31	85,27	83,27	85,36	85,81	84,78	83,78	79,99	79,91
Produtos de metal ⁽¹⁾	119,43	116,57	115,12	113,67	113,51	114,67	116,80	117,33	115,36	110,64	114,36	111,05	110,40	109,87	109,41	108,74
Máquinas e equipamentos ⁽²⁾	159,64	159,20	161,43	161,97	160,25	160,76	160,08	159,65	155,91	159,79	159,29	159,14	160,73	162,05	159,72	157,80
Máquinas e aparelhos elétricos ⁽³⁾	176,08	177,02	175,04	161,86	142,65	136,98	135,79	137,08	130,05	114,38	129,70	115,86	113,45	110,64	109,74	106,86
Fabricação de meios de transporte	177,40	176,28	177,17	178,23	178,14	176,61	174,93	173,72	170,09	169,29	171,26	170,27	169,55	166,60	169,10	168,93
Fabricação de outros produtos	69,00	69,21	69,11	68,15	68,71	69,19	65,71	65,39	64,18	64,22	65,14	65,02	64,56	64,13	64,12	62,33

FONTE: IBGE - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário

NOTA: Índice sem ajuste sazonal.

(1) Não inclui máquinas e equipamentos.

(2) Não inclui máquinas e equipamentos elétricos, eletrônicos, de precisão e de comunicações.

(3) Inclui também máquinas e aparelhos eletrônicos, de precisão e de comunicações.

TABELA 8 - SALDO DO EMPREGO FORMAL NO PARANÁ⁽¹⁾ - 1995-2014

ANO	SETORES (número de vagas)						TOTAL
	Indústria	Construção Civil	Comércio	Serviços	Agropecuária	Outros/ Ignorado	
1995	-15 192	-2 923	-6 410	602	-1 448	44	-25 327
1996	-7 081	-2 096	-6 691	-16 109	-793	-35	-32 805
1997	4 464	278	6 529	-2 100	-1 000	-708	7 463
1998	-16 127	-3 658	-7 332	-4 695	-3 634	-211	-35 657
1999	3 137	-10 241	582	-1 295	-8 646	-186	-16 649
2000	8 475	-18	7 548	13 733	-1 866	271	28 143
2001	22 087	-6 701	14 536	22 888	1 026	21	53 857
2002	24 035	-1 376	21 872	14 299	-241	-	58 589
2003	18 066	-3 903	24 774	17 345	6 075	13	62 370
2004	49 092	1 417	35 049	30 151	6 938	1	122 648
2005	14 385	2 091	25 183	31 223	962	4	72 374
2006	23 697	5 955	21 205	34 294	1 245	-	86 396
2007	46 524	8 011	30 502	31 571	5 753	-	122 361
2008	22 765	13 713	33 067	35 278	6 080	-	110 903
2009	12 993	8 271	22 755	29 446	-4 381	-	69 084
2010	41 116	17 597	36 111	49 868	-2 209	-	142 483
2011	26 065	10 656	33 269	53 433	493	-	123 916
2012	14 861	5 940	28 922	37 520	1 896	-	89 139
2013	15 600	3 111	28 135	41 308	2 195	-	90 349
Jan.-Jul. 2014	11 192	11 732	4 105	35 904	3 255	-	66 188

FONTE: MTE - Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

NOTA: Sinal convencional utilizado:

- Dado inexistente.

(1) Levantamento financiado pelo Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

TABELA 9 - PRODUTO INTERNO BRUTO DO PARANÁ E DO BRASIL - 2002-2013

ANO	PARANÁ ⁽¹⁾		BRASIL ⁽¹⁾	
	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)	Valor (R\$ milhão) ⁽²⁾	Variação Real (%)
2002	88 407	...	1 477 822	...
2003	109 459	4,47	1 699 948	1,15
2004	122 434	5,02	1 941 498	5,71
2005	126 677	-0,01	2 147 239	3,16
2006	136 615	2,01	2 369 484	3,96
2007	161 582	6,74	2 661 344	6,09
2008	179 263	4,28	3 032 203	5,17
2009	189 992	-1,32	3 239 404	-0,33
2010	217 290	10,01	3 770 085	7,53
2011	239 366	5,67	4 143 013	2,73
2012 ⁽³⁾	255 767	1,80	4 392 094	1,03
2013 ⁽³⁾	287 966	4,61	4 844 815	2,49

FONTES: IPARDES, IBGE

NOTA: Sinal convencional utilizado:

... Dado não disponível.

(1) Nova série das Contas Regionais (referência 2002) e das Contas Nacionais (referência 2000).

(2) Preços correntes.

(3) Estimativas do IparDES para o Paraná. Cálculos do IBGE, para o Brasil, a partir das Contas Nacionais Trimestrais.

